DOM SEBASTIÃO. A DERROTA EM ALCACÉR EL-KEBIR.

LIVRO DE E. BONVILL, PUBLICADO EM 1952, QUE RELATA O CRESCIMENTO DE DOM SEBASTIÃO, A PREPARAÇÃO DE UM EXÉRCITO PARA A INVASÃO DO MARROCOS, E A BATALHA EM QUE É MORTO EM ALCACER EL-KEBIR.

QUARTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2009

Capítulo 3. Mulai Mohammed.

Os Beni Saad, contra quem haviam capitulado os Portugueses em todas as suas fortalezas no Sul do Marrocos, exceto uma, eram Árabes Berberisados que clamavam descendência do Profeta, e eram, assim, conhecidos como cherifes Saadianos. A sua terra natal estava situada nas províncias do Draa e do Sus, bem longe, para o Sul, onde as encostas dos Atlas correm em direção ao Atlântico. As únicas reivindicações importantes dos cherifes Saadianos eram os de seus empreendimentos comerciais. Estes os trouxeram ao contato com os povos Cristãos, especialmente com os Ingleses, cujos mercadores haviam vindo a seus portos para comprar o açúcar do Sus, salitre e ouro . A expansão dos Cherifes em direção ao Norte, para as planícies mais férteis dos Atlas, tão precocemente quanto no Século Dezesseis, foi o primeiro sinal de aspirações territoriais que não estavam sendo satisfeitas, até que eles se tornaram senhores da maior parte do Marrocos. Seu avanço os tinha colocado em conflito com os Berberes Merinidas de Fez, um ramo dos Beni Wattas, governantes nominais dos Mouros Marroquinos, desde o Século Treze. Não obstante, os Cherifes solidamente se estabeleceram em Marrakech, que ficou sendo a sua capital.

Quinhentos anos antes, Marrakech havia sido construída como capital pelos primeiros exércitos invasores provenientes do sul, os Almorávidas. Eles haviam chegado muito depois dos Cherifes, uma vez que sua terra natal era ao Sul do Saara. Seu avanço em direção ao Norte não havia cessado, até que eles houvessem conquistado as províncias Árabes da Espanha, e estabelecido o seu domínio desde o Senegal até o Ebro. A ocupação de Marrakech pelos cherifes foi o primeiro passo de uma campanha que também aterrorizaria a Europa, e terminaria no estabelecimento de um segundo império que se estendia a partir do Saara.

Os cherifes, encorajados por seu sucesso contra os Wattasidas, libertaram sua terra natal de infiéis, como vimos, pela captura da fortaleza Portuguesa de Agadir, cujo governador deu sua filha em casamento ao seu Sultão ou cherife, Mohamed ech-Cheik, conhecido como El-Mahdi. Isto e o subseqüente abandono de outros portos pelos Portugueses aguçaram o seu apetite de conquista. Em 1549 eles prosseguiram o seu avanço em direção ao norte, e capturaram Fez, a capital Wattasida.

A esta altura, o Norte do país estava também ameaçado. Os Turcos Otomanos tinham recentemente alcançado Tlemcen e pareciam intentar avançar até a orla do Atlântico. As incursões para o Norte dos cherifes era uma ameaça que os Turcos não podiam ignorar. Eles atacaram Fez, expulsaram os seus conquistadores Árabes e restituíram o poder aos Berberes Wattasidas. Poucos anos depois, os cherifes, ainda liderados por Mohamed ech-Cheik, recuperaram Fez, e se fizeram senhor do reino Wattasida. A posição deles foi insegura por um tempo. A substituição da norma Berbere pela norma Árabe foi, naturalmente, desagradável para uma população predominantemente Berbere, mas havia razões mais materiais para que eles desgostassem da mudança. O Tesouro dos cherifes era incapaz de fazer frente aos pesados reclamos de um tão vasto território. Pesados tributos tinham que ser impostos, portanto, e tribos que nunca haviam sido taxadas antes foram forçadas a arcar com a sua parte da carga. Isto excitou hostilidade ativa, na qual as zarwia, ou casas religiosas, iradas pelas demandas que se lhes faziam, assumiram um papel de liderança. Os rebeldes chegaram ao ponto de buscar ajuda Turca.

A rebelião foi dominada, mas com uma impiedade que envenenou posteriormente o povo contra os seus conquistadores. Fez foi o principal centro de inquietação, Marrakech permaneceu assim como a capital cherifiana. Por séculos, Fez tinha sido o principal centro político, econômico e intelectual do Magreb el-Acsa. Posteriormente, tornou-se o centro de milhares de homens de letras que haviam sido expulsos ou fugiram da Espanha. Estimulada por essa infusão de sangue novo e viril, a cidade cresceu como um dos maiores assentamentos de aprendizagem do mundo Muçulmano. Isto, entretanto, nada fez para diminuir o desagrado com que os Fezianos eram considerados pelo resto do país, por conta de sua vaidade, avareza, covardia, e amor pela intriga. Quanto mais Fez se tornou importante intelectualmente, mais arrogantes ficaram os seus cidadãos, e quanto maior o seu tradicional desprezo por Marrakech, com seu único livreiro e uma universidade que, nas palavras de escárnio de Leo Africanus, um graduado de Fez, tinha um professor dos mais insensíveis, completamente vazio de toda humanidade.

Todo o tráfico Marroquino de escravos negros, por séculos comercializados através do Saara, e que enchiam as rotas das caravanas com seus ossos, era filtrado através da capital sulista. O povo de Marrakech por conseqüência se tornou perceptivelmente negróide. Peles escuras, faces sorridentes, e a disposição com que entraram em contato com os Europeus sempre provocaram o desdém dos Fezianos. Que Fez tivesse que inclinar a sua orgulhosa cabeça para Marrakech era uma humilhação da qual os cherifes nunca foram perdoados.

Ainda que tenha se feito senhor de toda a região desde o Draa até o Mediterrâneo, Mohammed ech-Cheikh foi acossado por todos os lados

SEGUIDORES

Seguidores (1)

Seguir

ARQUIVO DO BLOG

▼ 2009 (25)

▼ Agosto (25)

A BATALHA DE ALCAZAR

Apresentação

Ilustrações, Mapas e Quadros Genealógicos

Prefácio

Introdução

Capítulo 1. O Medo do Mouro.

Capítulo 2. Dom Sebastião.

Capítulo 3. Mulai Mohammed.

Capítulo 4. O Reino de Fez.

Capítulo 5. Mulai Abd el-Malek.

Capítulo 6. O Segredo da Rainha Elizabeth.

Capítulo 7. O Encontro em Guadalupe

Capítulo 8. Modos e Meios.

Capítulo 9. Lisboa.

Capítulo 10. A África Invadida.

Capítulo 11. A Estrada para El-Ksar.

Capítulo 12. Na Planície de El-Ksar.

Capítulo 13. A Batalha.

Capítulo 14. Felipe I de Portugal.

Capítulo 15. Mulai Ahmed el-Mansur.

Capítulo 16. Os Mouros se Re Armam.

Capítulo 17. El Mansur e Elizabeth.

Nota so os Relatos Contemporâneos da Batalha de Al...

Bibliografia

Índice Remissivo

por inimigos estrangeiros. A fronteira oriental ainda era ameaçada por Turcos hostis. Marzagão, Tangier e Ceuta ainda estavam em mãos Portuguesas. Havia, também, os Hispânicos em Peñon de Velez, mas estes eram um conveniente amortecedor entre ele e os Turcos, para quem pareciam muito mais hostis, do que para os Mouros. Nunca se podia confiar em infiéis. Não obstante, Mohammed terminou a vida vítima de intriga Muçulmana. Um corpo de pretensos desertores do exército Turco, tendo ganhado a sua confiança, e tendo sido admitido em seu serviço, assassinou-o. Isto foi em 1557, o ano em que o infante Sebastião, de três anos de idade, assumiu o trono de Portugal.

O reinado do cherife seguinte, El-Ghaleb, foi um período de paz e de estabilidade política durante o qual a norma cherifiana se tornou mais firmemente estabelecida. Em sua ascensão, de acordo com o costume, ele tinha assassinado todos os prováveis rivais ao poder, com exceção de seus dois meio-irmãos, Abd el-Malek e Ahmed El-Mansur. Morreu em 1574, e foi sucedido por seu filho Mulai Mohammed El-Meslukh, que havia herdado a pele escura de sua mãe escrava, e que era conhecido por isso como El-Mutuakel, o Sultão Negro. Não adepto da guerra, foi ele quem comandou o exército Mouro que falhou na captura de Marzagão em 1562. Mas sob a lei Saadiana de sucessão, o trono passou ao membro masculino mais velho da família, não necessariamente para o filho mais velho do cherife morto. Assim, o herdeiro legal de El Ghaleb não era Mohammed, mas seu tio, o Mulai Abd el-Malek.

Ambos os tios de Mohammed, Abd el-Malek e Ahmed el-Mansur, haviam crescido entre os Turcos, inicialmente em Tlemcen e depois em Argel, onde estavam vivendo quando souberam da ascensão de seu sobrinho ao trono ao qual não tinha direito. O mais velho, Abd el-Malek, que era agora um homem de trinta e dois anos, dirigiu-se com sua mãe, Sahaba Erraahmia, para Constantinopla, onde peticionaram ao Sultão Otomano, Murad III, para que os prouvesse de um exército, para que tomassem o trono que o sobrinho havia usurpado. O Sultão recusou, mas Abd el-malek e sua mãe se agarraram à corte, e forçaram com tal determinação as suas solicitações que, por fim, conseguiram a ajuda que queriam. Era, entretanto, condicional a ajuda; sob garantias que Abd el-Malek dava relutantemente, esperando de alguma forma repudiar posteriormente. As condições era o pagamento em dinheiro de 500.000 onças de ouro, e a promessa de participar de uma agressiva aliança contra a Espanha, e a garantia de livre uso do porto Atlântico de Larache por corsários Turcos. As garantias foram dadas, mas o pagamento em dinheiro era o que Abd el-Malek pretendia honrar.

Ele retornou a Argel com uma carta de Murad ordenando ao pashá comandante na cidade que desse a ele a assistência que ele requeria para assegurar o trono de seus ancestrais. O pashá, um renegado Veneziano de nome Ramdan, cujo subcomandante era um renegado da Córsega, queria adiantamento de dinheiro em espécie, mas Abd el-Malek não estava em condições de pagar. Arranjou-se um acordo, e, no momento devido, Abd el-Malek marchou sobre Fez, com o exército Turco, comandado pelo pashá Ramadam, à sua retaguarda. Era uma força considerável, composta de seiscentos arcabuseiros, mil zouaves, oitocentos spahis, e doze canhões, além de seis mil cavaleiros nativos irregulares que se reuniram sob as bandeiras de Abd el-Malek.

O Mulai Mohammed e seu exército partiram de Fez para enfrentar o seu inimigo, mas a batalha estava perdida antes que eles se confrontassem. Com uma sutil combinação de ameaças e propinas, e uma bem organizada quinta coluna, Abd el-Malek tinha já assegurado a traição a seu adversário. Quando os dois exércitos se encontraram, Mohamed foi abandonado por seus Andaluzianos, Mouros Espanhóis, que haviam fugido para a África, onde, por longo tempo haviam constituído as melhores tropas dos exércitos Mouros. Em Março de 1576 Abd el-Malek entrou em Fez sem resistência, e Mohammed, acompanhado pelo que lhe ficou de leal dessas suas tropas, fugiu para Marrakech. Abd el-Malek foi impedido de persegui-lo pelos inconformados clamores de seus aliados Turcos pela quitação de seus pagamentos. Sem condições para de satisfazer a essas demandas, ele lançou mão de um empréstimo tomado aos relutantes comerciantes de Fez que, foram forçados a fornecer os fundos requeridos.

Tendo regularizado seus compromissos com descontentes Turcos, e os despachado para sua jornada de volta ao lar, Abd el-Malek inspecionou as tropas de que dispunha, e seguiu em perseguição a Mohammed. Alcançou-o e derrotou. Mas o próprio Mohammed escapou para o sul, com 300 arcabuseiros e 400 cavaleiros, que era tudo o que tinha restado de sua força original. Abd el-Malek com um exército de 1500 Andalusianos, 2000 arcabuseiros e 1500 cavaleiros, perseguiu-os nos calcanhares. Mas os fugitivos, uma força menor, foram capazes de viajar em uma velocidade muito maior. Desapareceram pelas Montanhas Atlas, na região difícil e escassamente povoada que se segue, produzindo muita devastação, especialmente entre as ricas plantações de açúcar. Mulai Mohammed, que implacavelmente odiava a Cristãos, a quem tratava brutalmente, quando quer que tivessem o infortúnio de cair em suas mãos, apelava por auxílio a Portugal. O governador de Marzagão, a quem ele dirigiu o seu apelo, se recusou a ajudá-lo.

Abd el-Malek e seu irmão El Mansur, que haviam sido deixados no comando em Fez, varreram o país em vão, na esperança de botar as mãos sobre Mohammed. Mas ele nunca permanecia por muito tempo em um lugar, para que pudesse ser capturado. Mais de uma vez ele teve que escapar apertadamente, e foi compelido, por fim, a deixar o país, acompanhado por um simples punhado de seguidores. Seguindo mais uma vez para o Norte, ele conseguiu alcançar a fortaleza espanhola de Peñon de Valez, de onde apelou por ajuda para a Espanha. Felipe, ainda determinado a não se envolver nas questões Africanas, e tendo já estabelecido relações amigáveis com Abd el-Malek, ignorou o pedido de Mohammed, e deixou claro que ele não seria benvindo em solo Espanhol.

Já tendo chegado a Mohammed rumores da tencionada força expedicionária de Sebastião contra o Marrocos, ele então apelou para Portugal. Mandou como enviado um cativo Português de origem nobre, Antonio da Cunha, a quem garantiu a liberdade em troca do serviço. Nenhum apelo teria sido mais benvindo. Antonio da Cunha, tomado de surpresa pela disposição do rei de proteger o fugitivo e desacreditado pretendente, se empenhou em dissuadir Sebastião de emprestar a ajuda de mérito duvidoso a alguém com registros tão negros de tortura de Cristãos cativos, e que tinha sido repudiado por seus próprios conterrâneos. Sebastião rejeitou este oportuno, mas desagradável conselho.
Com ordens de Lisboa, uma veloz caravela foi imediatamente enviada para trazer o Mulai Mohamed a Ceuta, onde lhe foram oferecidas as boas vindas pelo governador, o Marquês de Villa Real. Pediu-se a Mohammed, a quem depois se juntou seu filho Mulai ech-Cheikh e um pequeno bando de seiscentos aderentes, que permanecesse por um pequeno tempo em Ceuta, e que depois fosse para Tangier, para esperar a chegada de Sebastião e de seu exército.

POSTADO POR BLOG DO AFONSO ÀS 10:49

Capítulo 4. O Reino de Fez.

O reino de Fez, do qual Abd el-Malek era agora senhor, se mantinha num dos cruzamentos de caminhos do mundo, onde Europa e África, o Mediterrâneo e o Atlântico se encontravam. Tinha, inevitavelmente, adquirido uma variada população, tão diversa, na verdade, quanto as suas características físicas, e clima. O estoque Berbere original, do qual ele adquiriu a sua designação Romana de Barbaria, era predominante numericamente. Superpostos aos Berberes, os Árabes, mais turbulentos, que chegaram ao país em ondas sucessivas, a partir do século sete. As duas raças eram tão miscigenadas que muitas tribos não poderiam mais ser classificadas quer seja como Árabe ou Berber, ainda que alguns tenham tenazmente preservado a sua identidade. Os Árabes tinham, não obstante, imposto a sua religião aos Berberes, a única circunstância que deu ao país uma aparência de unidade.
Esses povos eram frouxamente organizados em unidades tribais e patriarcais com pouca ou nenhuma coesão política. A sua disciplina e lealdade ao trono variavam proporcionalmente à facilidade de acesso a seus hábitos por parte de centros de controle administrativo. Incluído na comunidade Muçulmana estava um grande número de Andaluzes e de refugiados Mouriscos da Espanha, que representavam o melhor, e o pior, do Islã Espanhol, e que não tinham nenhuma organização política.
A confusão cultural era ampliada por um importante elemento Judaico. Os Judeus eram de duas origens, Asiática e Européia. Os do primeiro grupo clamavam haver chegado no tempo do Êxodo; os do segundo haviam fugido da Espanha depois de sete séculos de perseguição, falando a língua espanhola, eram freqüentemente incluídos entre os Andaluzes. Os Judeus eram tratados como uma classe inferior. Nas cidades, nas quais eles estavam em sua maior parte no comércio, eram confinados em mellahs* ou em guetos e tinham que vestir uma roupa distintiva. Eram submetidos a impostos especiais e eram governados por sheikes escolhidos por seus senhores Muçulmanos. Em conseqüência dessas desabilitações, muitos judeus adotaram o Islã.
Outros elementos era uma considerável população de escravos Negros, uns poucos Turcos, a maior parte dos quais havia chegado como desertores do exército Otomano, e que havia se alistado nas forças Mouriscas; e uma mistura de europeus. Aí incluídos mercadores, principalmente Ingleses, Franceses, Espanhóis e Portugueses, que haviam se estabelecido em portos tais como Salé, Marzagão e Marrakech. Havia também mercenários cristãos e outros aventureiros que haviam buscado servir sob os sultões. As forças armadas incluíam elches, que eram renegados da cristandade, e possivelmente uns poucos frendji** que por séculos foram regularmente recrutados para serviço na África, e tinham permissão para preservar e praticar a sua religião. Havia também europeus que haviam sido capturados no mar e vendidos para a escravaria. Mas muitos cativos dos corsários tinham apostatizado, casado com mulheres locais, e se estabelecido permanentemente na terra como homens livres. A população européia era constantemente inchada por desertores das fortalezas costeiras Portuguesas e Espanholas, os presídios e fronteiras, onde as condições de vida eram mais duras do que muitos podiam suportar.
Tais eram os vários elementos da heterogênea população que Abd el-Malek tinha agora que governar. A dificuldade de sua tarefa foi posteriormente aumentada pela distribuição irregular de todas essas raças. Alguns distritos eram predominantemente Berberes, outros inteiramente Árabes. Alguns eram puramente Andalusianos ou Hispânico-Mouriscos, outros completamente Judeus, ou Berberes. Havia, entretanto, apenas dois grandes centros de população importantes o suficiente para influenciar a política e a administração. Eram as antigas cidades de Fez e de Marrakesh, as antigas capitais do Norte e do Sul. Ainda que não fosse mais a capital administrativa, Fez era ainda mais importante. Marrakesh era o centro do governo, mas a primeira preocupação da administração era a de controlar Fez, a chave, ainda, para o Marrocos, como sempre houvera sido. Devia a sua importância a certas vantagens: uma posição central que controlava fáceis linhas de comunicação em todas as direções, a natural fertilidade da região ao redor, que tornava possível o sustento de uma grande população urbana, um sítio de colinas, facilmente defensável, e um excelente suprimento de água, que os cidadãos locais não poupavam esforços para desenvolver.
A idade de ouro de Fez houvera sido no século doze sob os sultões Merinidas*, cuja patronagem da literatura e da arte tinham atraído para sua capital estudantes de muitas partes do mundo Maometano, notadamente os literati** da Espanha Muçulmana, entre os quais estavam alguns dos mais ilustrados estudiosos da época. Sob a sua norma liberal a grande mesquita de Karouiine se tornou uma universidade mundialmente reconhecida. Dos muitos e belos prédios com os quais eles enriqueceram as suas cidades, a medresa (ou escola religiosa Muçulmana) de Attarine, de Fez, era a mais bela, e mostrava os Merinidas como notáveis contemporâneos dos reis de Granada, criadores da Alhambra. Aqueles que vieram para Fez, por causa da literatura e arte dela, trouxeram no seu séquito artesãos e mercadores vindos de muitos países; de modo que a vida comercial e industrial da cidade prosperou juntamente com a vida intelectual.
Com fim dos Merinidas, Fez começou a decair. De tal forma que já há tempos havia perdido muito de sua glória quando Abd el-Malek chegou ao trono. Mas, à parte a importante perda da corte, a vida em Fez provavelmente pouco mudara, desde que havia sido vivamente descrita por Leo Africanus, no começo do século dezesseis. As atividades que tinham trazido riqueza e fama ainda eram desenvolvidas, ainda que o tempo fosse mais lento. A beleza das mesquitas e das escolas não esmaecera, e suas atividades acadêmicas não haviam diminuído. Ainda enviavam para o mundo brilhantes estudiosos, de cuja erudição o próprio Leo era um exemplo destacado. O elaborado sistema de condutos, cisternas, e fontes ainda conduzia a preciosa água dos regatos da montanha para cada templo, para cada escola, hospedaria, hospital, e para quase todas as casas privadas... Daí, fluindo para pias e esgotos, ela carregava toda sujeira da cidade para o rio. Também a água, ainda movia moinhos de farinha projetados anos antes por engenheiros da Andalusia. Os estrondos de suas pedras e rodas obstinadamente enchiam o ar.
Os hospitais eram em beleza comparáveis às escolas, ainda que para lá as pessoas fossem mais freqüentemente para morrer, do que para se curar. Os banhos públicos e os fonduks, ou caravaçarás* estavam ainda apinhados com a população da cidade e de mercadores, e por uma horda de malandros que rapinavam estrangeiros ingênuos. Uma ampla variedade de diversões era oferecida por poetas, advinhos, feiticeiros, mágicos, caça-tesouros, e encantadores de serpentes. Havia, também, um grande número de alquimistas
Que estão fortemente viciados em práticas vãs, são em sua maior parte irmandades vis, e se contaminam com vapores de enxofre, e outros odores malcheirosos... Mas o seu principal objetivo é o de cunhar dinheiro falsificado: à causa de quê são vistos em sua maioria em Fez com as mãos amputadas.
A despeito de uma afetada atmosfera pia, havia na cidade negociantes cujo negócio paralelo era o de bordéis.
Os artífices eram de infindável variedade de tipos – confeccionadores de agulhas, amanuenses, alvejadores, seleiros, fabricantes de esporas, fabricantes de carroças, fabricantes de moinhos, e assim por diante. Havia Andaluzes fabricantes de bestas*. Os trabalhadores em madeira eram Cristãos cativos, e o que quer que ganhassem era revertido para os seus senhores e mestres. Esses cativos cristãos repousam de seus trabalhos apenas na Sexta Feira, e em oito dias do ano mais, nos dias em que os festejos Mouros são celebrados. Também havia criadores de pombos, que forneciam, aparentemente, mercados estrangeiros, uma vez que, um pouco depois do tempo de Leo (Africanus), Mary Queen of Scots em seu último cativeiro suplicava por pombos da Barbaria.
Era a elite do mundo comercial de Fez que provia a satisfação das necessidades da corte e da classe dominante. A elite tinha um bairro na cidade, ao qual Leo chamou de Bursa. Eram predominantemente mercadores de seda, bordadores, cinteiros, vendedores de roupas finas Européias, alfaiates, -- com três ruas para eles –, e vendedores de panos e de outros tecidos, que tinham lucros maiores do que qualquer outro negociante. Perto da Bursa, e talvez desfrutando alguma respeitabilidade que dela se refletia, estava uma rua de cento e cinqüenta merceeiros e de lojas de droguistas, guardadas à noite por vigilantes armados contratados, que mantinham a guarda com lanternas e mastins. Próximos aos droguistas estavam os físicos*, mas muito poucas pessoas conheciam o físico e sua física.
Leo conclui o seu relato de Fez com uma apologia, em função de seu tamanho, mas, acrescenta, porque é ela a metrópole não só da Barbaria, mas de toda a África, achei particularmente muito bom decifrar dela cada pedaço e cada parte . Fazendo uma concessão ao provável exagero de alguém tão orgulhoso da cidade, à qual ele devia a sua educação, é evidente que Fez era, então, um centro de grande atividade comercial e intelectual que não podia ter diminuído muito ao tempo em que a cidade passou para o controle de Abd el-Malek.
Nos tempos de Leo, Fez ainda era a capital administrativa, e o assento da corte. O país era governado por uma horda de parasitários funcionários públicos. Havia os governadores das cidades e das vilas maiores, a quem era permitido reter todas as taxas, contato que pudessem prover muitos cavaleiros armados para o serviço do Sultão em tempos de guerra. No outro extremo da escala estavam os homens de menos importância que tinham concessões de terra, sujeitos ao serviço pessoal nas forças armadas. Cada um desses funcionários era amplamente dependente do que podia fazer de seu ofício. Ofício que ocupava apenas enquanto o sultão reinante mantinha a sua própria, e precária, vida, e o trono. O corpo principal do povo, portanto, era vítima de governantes rapaces, cujo pensamento principal era o de enriquecer rapidamente. Como a coleta de impostos, a administração de justiça, e o controle dos tributos locais estavam sempre nas mesmas mãos, a extorsão era tão fácil quanto era difícil contra ela apelar.
Os impostos eram pagos predominantemente em bens e mercadorias, milho, gado, manteiga e óleo; e a sua incidência era governada pelos limites impostos pela lei Maometana. Não obstante, relata-nos Leo, Os governantes eram tiranos. Porque para eles não era suficiente extorquir todos os mencionados tributos, e desenfreadamente consumi-los, mas também constrangiam o povo a maiores contribuições; de tal modo que todos os habitantes da África eram tão oprimidos por extorsões diárias que mal tinham meios para comer e se vestir; razão porque não existe homem de saber ou honesto que busque se desobrigar de seus débitos com cortesãos, ou que os convide a sua mesa, ou aceite algum presente de suas mãos (mesmo que não sejam tão valiosos): considerando que quaisquer que sejam os bens que tenham foram conseguidos por furto e suborno. .
O sucesso ou fracasso de um sultão dependia muito de sua capacidade de escolher homens adequados para as posições de responsabilidade, e para controlá-los depois que assumissem os seus postos, freqüentemente em remotas e insubordinadas áreas do reino. O principal instrumento da autoridade real era
Um comandante renomado, que se comportasse como governador de sua guarda, que pudesse levar, em nome do rei, os juízes a fazer justiça, e levar as suas sentenças à execução. É tão grande a autoridade desse homem que algumas vezes ele pode colocar dirigentes nobres sob custódia, e puni-los severamente, em acordo com ordens do rei.
Descrevendo a residência real, conta-nos Leo que os criados
São escravos negros... Ainda que sua rainha seja sempre de pele branca. Da mesma forma que na corte do Rei de Fez, sua corte se constitui de certos cativos Cristãos, sendo em parte composta por mulheres Espanholas, e em parte, Portuguesas, que são guardadas por certo número de eununcos, que são escravos negros.
As forças armadas do reino, descritas a seguir, eram intimamente associadas à corte. Leo, que escreveu cercado pelo suntuoso fausto do Vaticano, desdenhou do cerimonial da corte Moura. O seu relato do deslocamento real, entretanto, é de um interesse inusual, uma vez que ele descreve uma cena que, como resultado da disseminação da influência Moura, pode ainda ser testemunhada tanto ao Norte como ao Sul do Saara.
Quando o rei vai cavalgar para fora da corte, o mestre de cerimônias faz o papel de certos arautos ou anunciantes, que dão notícia para que os parentes do rei, a nobreza, seus senadores, comandantes, guardas e cavaleiros para que se arranjem diante do portão do palácio. À aproximação do rei, os arautos apontam a cada homem o seu lugar, e ordem de cavalgada. Em primeiro lugar, os portadores de estandartes, em seguida, os tocadores de tambores; segue-se o cavalariço chefe do estábulo com seus servos e familiares: depois dele vêm os pensionistas do rei, sua guarda, seu mestre de cerimônias, seus secretários, seu tesoureiro, e por último o seu juiz chefe, e seu capitão geral; à distância vem o rei, acompanhado de seu conselheiro principal, ou de outros grandes.
Adiante do rei também cavalgam certos oficias que lhe pertencem, um dos quais carrega a sua espada real, um outro o seu escudo, e um terceiro o seu arco. A cada um de seus lados marcham os seus soldados de infantaria, um carregando o seu estribo, outro a sua lança, um terceiro uma manta para a sua sela, e um quarto um cabresto para o seu cavalo. E assim que o rei desmonta, eles imediatamente cobrem a sua sela, e colocam o dito cabresto por sobre a cabeça de seu cavalo. Da mesma forma existe um soldado de cavalaria que carrega as pantufas reais, ornadas da maneira mais afetada.
O rei é, então, seguido pelo capitão dos soldados da infantaria, em seguida pelos eunucos, por sua família, pelos cavaleiros ligeiros, e por fim pelos arqueiros e arcabuseiros.
O vestuário do rei é então muito moderado e simples: de tal forma que se não o conhecesse poder-se-ia pensá-lo ausente: uma vez que os criados estão muito mais suntuosamente vestidos. Além disto, nenhum rei ou príncipe Maometano pode usar uma coroa, um diadema, ou um ornamento deste tipo sobre a cabeça, uma vez que isto é proibido pela lei de Maomé. ”

......*...*...*...*...*...*...*...*...*...*...*...*

Marrakesh, a capital Saadiana, foi o bastião do Sul, guardando as passagens do Atlas, através dos quais turbulentos invasores do Saara vertiam-se repetidamente para o reino de Fez. Freqüentemente, era também a plataforma a partir da qual os invasores lançavam o seu em geral bem sucedido e final ataque. Para esta função ela havia sido construída no século onze pelos Almorávidas, e ainda para esta função ela havia servido aos Almohadas, aos Merinidas, e aos Saadianos.
Quando Marrakesh se tornou a capital de Abd el-Malek, a sua aparência não deve ter sido muito diferente da aparência de hoje. Deveriam então se combinar, para apresentar a mesma cena de que desfruta o viajante de hoje em dia, o fundo incomparável de montanhas nevadas, o cinturão verde vivo das tamareiras, as paredes róseas da cidade, com os seus grandes bastiões quadrados; e, despontando alta acima deles, a magnífica torre da Kantubia, da qual a mais famosa Giralda, a de Sevilha, é uma mera cópia.
Comparada com Fez, Marrakesh não era rica em tesouros artísticos, e apenas por breves períodos brilhou no mundo das letras Muçulmanas. Mas era mais sofisticada de outras formas, especialmente em sua relação com a Cristandade. Era o único lugar no interior do país onde mercadores Cristãos podiam se estabelecer, privilégio de que mercadores de vários países tiraram vantagem durante o período Saadiano. Lá lhes era permitido praticar os seus ritos religiosos, e mesmo o proselitismo não era proibido. Já no século treze, lá chegaram alguns missionários Franciscanos, para pregar o evangelho. Logo em seguida, Marrakesh se tornou a sede de um bispado. O bispado sobreviveu até algum tempo depois dos dias de Abd el-Malek, a autoridade bispal era uma graça conferida pelo rei da Espanha. Havia, em geral, uma atitude mais liberal com relação à vida do que em Fez, e uma maior apreciação do mundo exterior à estreita órbita da vida e da política Mouras. Foi particularmente desta forma sob a norma iluminada de Abd el-Malek.
O relato de Leo com relação às forças armadas do reino é de particular importância para nós. Ele nos diz que o Sultão
Mantém permanentemente seis mil cavaleiros, quinhentos arqueiros, e igual quantidade de arcabuseiros, estando de todo preparados, em qualquer exercício, para as guerras; em tempos de paz, quando o rei avança, esta guarnição permanece num raio de seis milhas de sua pessoa. Quando o rei travou guerra contra os Árabes inimigos, requisitou a ajuda de Árabes súditos seus, porque a mencionada guarnição não era suficiente. Às suas próprias custas, estes Árabes súditos armaram-no de um grande exército de homens ainda melhor treinados do que os próprios mencionados soldados do Sultão. Recorde-se que cada um dos grandes governadores, ou senhores feudais, desfrutava da arrecadação de suas províncias, submetidos à condição de contribuírem com um número pactuado de cavaleiros para o serviço do Sultão em tempos de guerra. Havia administradores menores de quem eram requeridos serviços similares.

Além do mais o rei de Fez, continua Leo, mantinha uma tropa de cavaleiros ligeiros, que, enquanto servissem ao rei em sua praça, tinham as suas rações providas pela intendência real: mas, em tempos de paz, o rei os provia de milho, manteiga, carne de aves, pelo ano inteiro; mas dinheiro eles só tinham raramente. Uma vez por ano eles recebiam vestimentas, à custa do rei; da mesma forma eles não tinham que sustentar os seus cavalos, uma vez que o rei os supria de todo o necessário. Escravos Cristãos, que ficam presos em grandes correntes e grilhões tratam de seus cavalos. Quando o exército se desloca, os ditos Cristãos são carregados no lombo de camelos. Existe um oficial que supervisiona apenas os camelos. ... Cada condutor de camelos tem dois camelos, que são carregados com a mobília do rei, de acordo com ordem do governador.

O rei também tem um intendente, ou despenseiro, cujo ofício é manter e distribuir milho para a casa do rei, e para o seu exército. Em tempos de guerra, este homem tem dez ou doze tendas para armazenar milho; e, mudando a cada dia de cavalos, ele envia milho novo, afim de que o exército não fique desprovido de víveres; ele também tem cozinheiros a seu comando. Além do mais, existe um governante ou um mestre cavalariço dos estábulos, que se encarrega da provisão para os cavalos, mulas e camelos do rei. ... Existe também um vigia nomeado para o milho, cuja obrigação é a de prover cevada e forragem para os animais...

Existe também um outro que se encarrega das carroças e da bagagem do exército, e que cuida de que as tendas dos cavaleiros ligeiros sejam carregadas para cima e para baixo em mulas; e as tendas dos outros soldados em camelos. Existe, da mesma forma, uma companhia de porta estandartes, que na marcha das jornadas carrega as suas cores desfraldadas: o que vai adiante do exército carrega o seu estandarte a uma grande altura. Cada um dos ditos porta estandartes conhece, da forma mais precisa, todos os caminhos, vau dos rios, e passagens pelos bosques, razão por que são indicados em geral para guiar o exército. Os tocadores de tambor (dos quais existe uma grande quantidade nas hostes do rei) tocam certos tambores ornamentados, de latão, do tamanho de um grande caldeirão, cuja parte inferior é estreita, e a parte superior coberta com uma pele. Estes tocadores de tambor vão montados, tendo sempre, a um lado de seus cavalos, um grande peso pendurado, para contrabalançar o peso de seus tambores no outro lado. A eles são facultados cavalos mais rápidos, porque os Mouros reputam como uma grande desgraça perder um tambor. Os ditos tambores fazem tal alto e horrível barulho, que são não só ouvidos muito distante, mas igualmente infligem grande terror, tanto em homens como em animais, e são tocados apenas com baquetas feitas de pênis de boi. i .

A grande tenda do rei, na forma de quatro quadrados, como um castelo, é a primeira a ser armada quando o rei está com o seu exército em campo... Este pavilhão real tem quatro portões, cada um deles guardado por eunucos. Várias outras tendas estão contidas dentro deste pavilhão, dentre as quais os aposentos reais. Construído de tal forma inteligente, que pode ser facilmente removido de canto a canto. A seguir, estão as tendas dos nobres... E depois de todos, estão os estábulos, nos quais os cavalos são maravilhosamente cuidados. Mantém-se este circuito de tal forma que as tendas, e a mobília do rei, possam ser transportadas de um lugar para o outro. Aqui também se encontram açougueiros, fornecedores de alimentos, taverneiros, estalajadeiros, e que tais. Todos os mercadores e artífices hospedam-se próximos aos carregadores de tendas: de modo que o pavilhão real é armado como uma cidadela, porque é tão cercada pelos alojamentos da guarda, e de outras tendas contíguas, que a passagem em direção ao rei é uma passagem muito difícil.

O aprovisionamento do exército era obrigação dos estalajadeiros de Fez, que eram organizados por um administrador e tinham que pagar um imposto especial ao governador da cidade.

Abd el-Malek absorveu muitas das idéias Turcas durante o seu exílio, e foi particularmente influenciado pelos métodos militares Otomanos. Ele provavelmente conservou a organização geral das forças de luta Mouras, mas introduziu chunchos e canhoto (solaks) que eram característicos das tropas da casa Otomana. As obrigações dos chuncheiros que eram estrangeiros – Turcos, renegados, ou Cristãos --, incluíam a guarda da tenda do Cherife, e tinham que guarnecer o carregador da sombrinha real. Vestiam elmos amarelos decorados com um tufo de penas secas de avestruz. Sabemos pouco das obrigações dos canhotos (sloaks); eram intimamente ligados à pessoa real, e marchavam atrás dos chuncheiros e, como eles, eram inteiramente recrutados entre estrangeiros. Mas a sua aparência era ainda mais impactante. Seu

GALÉ DA BARBARIA

De uma gravura de Jan Lukyen in Historie van Barbaryen de Pierre Dan, Amsterdam, 1684.

MARRAKECH
Description de L'Afrique, de O. Dapper, Amsterdam 1686.

Chapéu culminava com um penacho de plumas não ressecadas de avestruz, que fluía por suas costas; ao redor de suas cinturas eles usavam um tipo de avental confeccionado das mesmas penas.
Uma outra característica espetacular das tropas da casa eram os beleberdouch ou alabardeiros. Eles eram um corps d'élite de renegados europeus, e formavam o corpo da guarda do Cherife. Usavam chapéus Bizantinos, e carregavam alabardas douradas. A introdução deles no exército Mouro datava de 1559, quando Felipe II da Espanha fizera um presente de trinta alabardeiros ao Mulai Abdallah el-Ghalib.
A organização da corte, a organização da administração, e das forças armadas era tradicional no essencial, e não pode ter materialmente se alterado muito desde que Leo Africanus a descreveu no começo do século.

POSTADO POR BLOG DO AFONSO ÀS 10:47

Capítulo 5. Mulai Abd el-Malek.

Num reinado de pouco mais de dois anos Abd el-Malek provou ser um dos mais iluminados governantes que os Mouros tiveram. Tanto ele quanto seu irmão, Ahmed el-Mansur, que haveria de sucedê-lo, herdaram muito da habilidade de seu pai, Mohammed ech-Cheikh, sob cujo governo os Saadianos estenderam seu domínio por todo o Marrocos. Ambos desempenharam uma importante parte na história de seu país, e deram a ele um prestígio na Europa que nunca antes um estado puramente africano desfrutara.
Eles deviam muito, também, de nascimento e criação, a sua mãe, Sahaba Errahmania, cujo triunfo -- sobre todas as circunstâncias, que naqueles tempos proibiam uma mulher Muçulmana de desempenhar qualquer papel nas coisas públicas --, mostrou-a dotada de excepcional inteligência, e determinação. Abd el-Malek tinha quinze anos quando da ascensão de seu meio irmão, Abdallah el-Ghalib, em 1557. Ele e seu irmão mais novo fugiram, com sua mãe, para a Argel, para escapar à faca, e à flecha do arco, que no estilo oriental costumeiro, interrompiam as vidas de todos os outros possíveis pretendentes ao trono. Em Argel, desfrutaram da proteção Turca, e completaram a sua educação, sob a sábia orientação de sua mãe. Não se pode duvidar de que foi grandemente devido a sua influência que, em dezoito anos de exílio nos domínios Turcos, eles não se assimilaram à comunidade Otomana. Eles nunca perderam o ódio tradicional do Mouro, quer Berbere ou Árabe, pelo Turco. Por outro lado, eles discerniram e absorveram o que havia de bom, ao mesmo tempo em que rejeitaram o que haviam de ruim nos modos e costumes Turcos. Quando o trono Saadiano foi usurpado por seu sobrinho Mohammed, e tudo ficou na dependência de garantir a ajuda Turca, foi sua mãe que desempenhou a parte decisiva nas negociações com Murad, em Constantinopla.
Abd el-Malek retornou de seu longo exílio – os últimos dois anos dos quais aparentemente, em grande parte, em Constantinopla – com uma mente surpreendentemente livre de preconceitos anti-Cristãos. Ainda que os Turcos tivessem estado, por tão longo tempo, em guerra com a Europa Cristã, eles não evitavam contato, como sabemos, nem abominavam alianças com os estados Cristãos. Os tratados que eles negociaram com o traidor Francisco I, e com os mercenários Venezianos, foram ditados por interesses próprios, e não por nenhum sentimento de simpatia pelos infiéis.
Ao se tornar o governante de um povo que havia sido, por longo tempo, intolerante com os Cristãos, Abd el-Malek rapidamente demonstrou que tencionava seguir uma política externa mais liberal. Suas fortes simpatias européias não podiam ser devidas à influência Otomana, uma vez que elas eram alheias às idéias Turcas. Pareciam ser resultado do respeito nele despertado pelo íntimo estudo da política Européia que ele desenvolveu em Argel e em Constantinopla. Quando contemplamos as guerras religiosas que por longo tempo assolaram a Europa, e recordamos a negra insídia e pobreza degradante que caracteriza a maior parte dos estados Cristãos, parecia haver pouco que despertasse admiração. Mas Abd el-Malek via a Europa a partir da Turquia, que, desde a morte do grande Suleiman, tinha sido governada por dois sultões, cada um dos quais havia trazido descrédito a seu país, e desprezo sobre si próprios. Selim, o Bêbado e Murad III, foram os primeiros de uma linha decadente que por fim levaria a Turquia à ruína. Sob a influência desses governantes desprezíveis, o país pode muito bem ter apresentado a Abd el-Malek um espetáculo em comparação com o qual a cena Cristã, apesar de todos os seus problemas, determinava um padrão de respeito.
Dos fragmentos de informação que nos chegaram, é evidente que o novo Cherife tinha um conhecimento diversificado e possivelmente extensivo dos affairs europeus. Ele entendia as diferenças que dividiam as comunhões Católica e Protestante, e a influência delas nas relações internacionais, especialmente entre Espanha e Inglaterra. Ele tinha a Felipe II em baixa consideração, porque, muito erradamente, acreditava que os reais governantes da Espanha eram o Papa e a Inquisição. Pela Inglaterra, por outro lado, ele mantinha amigáveis sentimentos, que, ainda que tradicionais nos Saadianos, eram atribuídos à simplicidade da fé protestante, o que era menos repelente para um Muçulmano do que o, mais elaborado, ritual Católico.
Abd el-Malek adotou muitas das maneiras e costumes Turcos, incluindo o vestir roupas Turcas, que ele estimulou em seu povo. Não obstante, em alguns modos menores, ele mostrou um acentuado interesse na vida e cultura Européias. Inteirara-se do Novo e do Velho Testamento. Conversava em Espanhol, e se dizia que sabia algo de

Italiano. Recrutara na Inglaterra os músicos de sua corte, que neste tempo não tinha rival no mundo musical. Ocasionalmente datava as suas cartas de acordo com o calendário Cristão, e no British Museum existe um documento no qual ele pôs a sua assinatura em caracteres Latinos, o único registro de um Sultão Mouro assinando desta forma o seu nome. Adquiriu também um gosto por esportes europeus. Edmund Hogan, embaixador de Elizabeth, conta como levou o cherife a mergulhar com water-spaniels*, e tocar bois com cachorros Ingleses. Os costumes europeus de Abd el-Malek foram provavelmente adquiridos de seu acesso aos Europeus, dos quais ele rapidamente se cercou. Não era raro, neste período, encontrar Europeus em postos de confiança no serviço dos governantes Muçulmanos, mas eles eram em geral renegados. O mais famoso era Mohammed Sokolli, ministro de Suleiman o grande. Já foram mencionados Ramdan Pasha, e o seu lugar tenente Corso. Para esses homens era provavelmente impossível retornar a sua terra natal. Abd el-Malek, por outro lado, empregou Europeus, que eram livres para ir e vir, como bem quisessem, frequentemente os utilizou em missões ao exterior. O inglês Hogan, um visitante freqüente da corte do Cherife, descobriu-se cercado tanto por conselheiros Cristãos como por conselheiros Mouros, os nomes de alguns chegaram até nós. Um deles foi Cabrette, um capitão do mar Francês que foi enviado em missão confidencial às corte Francesa e Espanhola. Um padre Espanhol, chamado Diego Marin, foi utilizado em função similar. Um outro membro importante da casa era Berard, o cirurgião barbeiro Francês que o cherife encontrou em Constantinopla, e trouxe consigo para o Marrocos, e a quem designou posteriormente como embaixador seu na Corte Francesa. Havia um outro cirurgião barbeiro Francês residindo em Marrakesh, William Marseilles, que desfrutava de uma comissão de dois por cento de todos os bens embarcados do Marrocos para a França. Um Franciscano Espanhol de Sevilha, Luis de Sandoval, ocupava o posto confidencial de secretário de Cherife. Um Europeu que era associado com ele de um modo muito próximo, desde a sua ascensão, e que parece ter sido um amigo íntimo, foi o Hispânico Andrea Gasparo Corso. Andrea tinha um irmão, Francisco, que ocupou uma posição oficial em Valencia. O fato de que os dois irmãos se mantiveram estreitamente informados acerca do que se desenvolvia em cada um dos lados dos Estreitos não preocupava a Abd el-Malek, que enviou Andréa, junto com Cabrette e o padre Diego Marin, em uma missão amigável a Madrid. Francisco era inquestionavelmente usado como uma fonte de informação sobre o Marrocos por Felipe II, que também tinha o seu próprio agente Mouro, El Hadj el-Marin – nuestro Moro o chamava Felipe – que ele havia comprado como escravo.

O Cherife expressou praticamente de muitas formas a sua apreciação pelos Europeus. Granjeou amplo respeito na Europa pelo generoso tratamento que deu a muitos cativos Cristãos que caíam nas mãos de seus corsários saqueadores. Eles eram caridosamente tratados e protegidos de sofrimentos exagerados. Durante o seu breve reinado ele libertou um grande número de cativos Cristãos, independentemente do pagamento de resgates -- em uma ocasião ele chegou a libertar duzentos de uma só vez. Ele também construiu um hospital para

Europeus em Marrakesh, próximo à principal mesquita. Essa magnanimidade era tão surpreendente para a Europa quanto desconcertante para seus correligionários, para quem essas associações com infiéis não recomendavam o seu Cherife. A Igreja Católica, não obstante, não negligenciou em fazer conhecida a sua gratidão. Um panegírico ao Cherife composto por um monge pregador em 1577 dizia: Conceda o nosso Senhor Deus mantê-lo em paz, e possa Ele incrementar o seu poder e domínios por longos anos por vir, concede-lhe perpétuas vitórias, concede elevá-lo a mais alta das posições, para a honra de Deus que vive e reina no mundo sem fim.

O exílio de Abd el-Malek proporcionou-lhe ampla oportunidade para estudar a arte da guerra, na qual os Turcos Otomanos eram mestres. A diminuição da sorte dos Otomanos, que frequentemente se diz datar da morte de Suleiman, não começou senão anos depois. Isto não se deveu às escassas capacidades de seu sucessor, Selim II, mas à boa sorte de que este monarca dissoluto teve ao conservar os serviços do Grão Vizir de seu pai, Mohammed Sokolli. Evitou-se o caos, e o país foi salvo do desastre pela habilidade deste grande estadista. Não se permitiu que desaparecessem, com a sua morte, as gloriosas tradições militares estabelecidas por Suleiman, e por seus predecessores. A guerra Húngara, durante a qual Suleiman perdeu sua esposa, chegou ao fim através de uma paz negociada com o Imperador Maximiliano. Isto deixou Skolli livre para retomar a guerra contra Felipe II da Espanha, que já estava inteiramente ocupado com a rebelião Mourisca nas Alpujarras, e com a revolta na Holanda.

Quando, em 1569, Felipe da Espanha perdeu Tunis para o pashá Turco de Argel, Abd el-Malek vivia na Argel, e pode muito bem ter tomado parte na expedição. A conquista Turca de Chipre deu-se logo em seguida. Nos seus calcanhares veio o desastre de Lepanto, e a impressionante recuperação da marinha Otomana. Em 1574, o Almirante Turco, Aluch Ali, navegou o Corno de Ouro afora com uma frota de 200 galés em direção de Tunis, transportando uma força de 20000 janísaros. Numa dessas galés estava Abd el-Malek e sua intrépida mãe. Eles mais uma vez viram a Tunis, recuperada à Espanha, para quem Dom João havia recapturado no ano anterior. Essas foram, resumidamente, as aventuras militares com as quais os Turcos estavam ocupados enquanto Abd el-Malek era seu hóspede, e se preparava para recuperar o trono de seus pais. As oportunidades que elas ofereceram para o estudo do singular sistema militar Otomano não foram desperdiçadas.

Foi depois, e não antes, da derrubada do usurpador Mohammed que Abd el-Malek teria mais razões para ser grato à experiência que ele ganhou durante o exílio. Sua posição estava longe de ser segura. Fez era implacavelmente hostil a sua casa, e havia um sempre presente perigo de rebelião entre as muitas tribos turbulentas que compunham o precariamente integrado reino que era o seu. A esses cuidados domésticos se somou a grave ameaça de ataque por parte de dois de seus vizinhos, Portugal e os Turcos Otomanos.

Dois anos haviam se passado, desde a malsucedida expedição de Sebastião a Tangier. O seu ameaçado retorno, com uma força muito maior, não havia se dado ainda, mas o Cherife sabia que estavam ainda em andamento em Lisboa os planos para a invasão. O perigo Turco era igualmente sério e, para ele pessoalmente, mais embaraçoso. Os Turcos haviam repetidamente reivindicado um direito à devolução do Marrocos como propriedade sua, e a única razão para que não o houvessem ocupado foi a inabilidade da Porta para reservar as tropas necessárias. Mas o Cherife devia o seu trono às armas Turcas, e, cedo ou tarde, seria solicitado a honrar as obrigações que foram o preço daquela ajuda. Ele seria solicitado a dar aos Turcos o uso do Porto de Larache, e a comprometer o seu povo em uma guerra contra a Espanha. A admissão dos Turcos à costa Atlântica significaria uma perda de soberania, que bem poderia levar a uma perda de independência. E permitir que Larache se tornasse uma base corsária tanto agravaria a hostilidade de Portugal como provocaria a hostilidade de Felipe. A guerra com a Espanha, mesmo com a Turquia como aliada, seria inevitavelmente desastrosa. Na improvável eventualidade de uma vitória Muçulmana, os Mouros sangrariam até a morte, e todas as recompensas iriam para o seu superior parceiro na aliança.

As ameaças Portuguesa e Turca eram os cuidados que mais ocupavam a mente de Abd el-Malek nos meses iniciais de seu reinado. Antes que ele pudesse se preparar para repelir os Portugueses, ele devia se livrar de seus compromissos com os Turcos. Em Novembro de 1576 ele se voltou para a França e para a Espanha, em busca de ajuda, mandando Cabrette como seu enviado. O apelo a Henrique III foi rejeitado. Mas era a ajuda Espanhola que o Cherife particularmente queria, uma vez que ela acreditava que Felipe tinha o poder de conter Sebastião, e evitar que a sua expedição embrcasse para a África. Alguns meses de suspense teriam ainda que se passar, antes que Felipe permitisse que Cabrette retornasse com a sua resposta.

Existia ainda uma outra questão que pesava fortemente na mente do Cherife. Qualquer que fosse o resultado de sua aproximação diplomática de Felipe, e mesmo que fosse revertida a invasão por parte de Portugal, era evidente que ele não seria capaz de impor a sua autoridade a seus insubordinados súditos a menos que fosse secundado pela força de armas. A recente guerra civil havia deixado os arsenais do Cherife tristemente esgotados. Deveriam ser rapidamente reconstituídos, para fazer frente às sempre presentes necessidades domésticas de um país tão turbulento, e numa escala suficientemente grande para assegurar que o exército do Cherife estivesse adequadamente equipado para conter os ataques ameaçados por Turcos e Portugueses. Abd el-Malek não perdeu tempo na busca de uma solução para o problema desta imperativa necessidade.

POSTADO POR BLOG DO AFONSO ÀS 10:46

Capítulo 6. O Segredo da Rainha Elizabeth.

Por muitos anos, o comércio Inglês com o Marrocos, e com a Guiné, foi uma causa de atrito entre Inglaterra e Portugal. Clamavam os portugueses que sob a bula do Papa Alexandre VI, que repartiu o mundo entre Portugal e Espanha, ninguém tinha direito algum de comerciar com a África, exceto eles próprios. Mas eram incapazes de desalojar os mercadores Ingleses. Os seus protestos a Elizabeth foram persistentemente ignorados, e a bula papal desafiada.

Os Portugueses estavam mais furiosos pela natureza do comércio Marroquino, que se centrava nos portos de Safi e de Agadir , do que pela ignomínia de ter que tolerar intrusos num campo considerado deles. Já se fez referência ao comércio Inglês de açúcar com o Marrocos, há muito tempo estabelecido. A predileção dos Ingleses por doces deixava os estrangeiros frequentemente atônitos, eles atribuíam a esta predileção o dente negro da Rainha Elizabeth, uma desfiguração que ela compartilhava com muitos de seus súditos. Em troca deste açúcar, os Ingleses supriam os Mouros com chunchos, lanças, armaduras flexíveis de metal, metal para fundir canhões, munição para pequenas armas e para a artilharia, enxofre, madeira para a construção de navios, e uma variedade de equipamentos de marinharia, tais como remos, cordoalha, e velas.

Era deste tráfico de armas que os Portugueses se ressentiam, e aqui eles tinham algo como um direito moral a seu lado. Era um princípio Muçulmano básico o de que não podia haver paz entre o Islam e a Cristandade. Um papa após outro tinha proibido a venda de munições de guerra por Cristãos a Maometanos. Materiais para a construção naval, de que careciam os corsários, eram expressamente classificados como munição. Para a fúria dos Portugueses, Elizabeth da Inglaterra, que tinha um interesse pessoal neste comércio, assim como em muito do comércio exterior de seu povo, deu tão pouca atenção a esta proibição quanto à bula de Alexandre VI. Os Franceses, cujos mercadores estavam igualmente envolvidos, ainda que em menor escala, não estavam menos obstinados. De modo que o tráfico de armas prosseguiu em aberto desafio a Portugal e a Roma.

Já em 1541, quando expulsos de Agadir, os Portugueses atribuíram a sua derrota a mercadores Ingleses e Franceses, que, em desafio às leis de Deus e dos Homens, afirmaram, haviam enviado de navio tal quantidade de armas para os Mouros, que eles estavam mais bem armados, em artilharia especialmente, e melhor equipados do que os Cristãos. Isto se dera trinta e cinco anos antes da sucessão de Abd el-Malek. Desde então, o comércio tinha prosperado, e pode muito bem ter se dado que Sebastião tenha tido os seus homens mais mal armados do que os seus adversários, quando lutava, em 1574, do lado de fora das muralhas de Tangier. Mas esta não era a única causa de ressentimento entre os Portugueses. Felipe havia solicitado o seu auxílio para parar o comércio, o que era para eles muito embaraçoso.

Eu não posso acreditar, dizia uma carta endereçada de Londres ao Grande Comandante de Castela em Maio de 1574, que o Rei (de Portugal) permitirá aos hereges Ingleses irem lá e comerciar com os Mouros, transportando para lá, como fazem frequentemente, uma grande quantidade de armas, em prejuízo do rei (da Espanha) e de seus súditos.

Elizabeth fez grandes reservas com este comércio. O negócio de açúcar era lucrativo, assim como a venda de armas e equipamento naval. Havia igualmente uma grande satisfação em ajudar os tradicionais inimigos dos Católicos Portugal e Espanha. Não obstante, a rainha já havia começado a enfraquecer a sua resistência às constantes queixas de Francisco Giraldi, o embaixador Português em Londres. Este enfraquecimento não se devia do medo de Portugal, ou a consideração, mas se devia à necessidade de aplacar Felipe, cuja hostilidade a Elizabeth permanecia indisfarçada. Num futuro não muito distante ele poderia estar em condições de forçar a sua demanda ao trono de Portugal. Devia ser tratado, portanto, como o guardião dos interesses Portugueses.

Uma afronta a Portugal era uma afronta a Felipe. E Felipe fora recentemente insultado. Um insulto que a embaraçada Rainha, e o ainda mais embaraçado ministro Burghley, sentiram que empurrava o Prudente Rei ao limite da resistência. O insulto fora o notável feito de Francis Drake, que recentemente retornara de sua famosa expedição Madre de Dios, trazendo consigo uma grande parte das barras de ouro e de prata que o falido Felipe, e os seus impacientes credores em Augsburg e Gênova, esperavam das Índias. Haviam sido conseguidas à força, de um país com quem a Inglaterra estava nominalmente em paz. O mais importante pirata, e seus associados, estavam impunes, e em livre gozo das fortunas imensas que haviam sido os frutos de seu crime.

Além do mais, a adoção por Felipe de uma política de conciliação nos Países Baixos aliviou uma de suas maiores preocupações, e temporariamente liberou as suas mãos. Chegaram notícias a Londres da construção de uma frota em Santander para a captura das Ilhas da Sicília, e possivelmente para a tomada de um porto Inglês. O Papa tinha dado recentemente um renovado e perturbador estímulo para rebelião na Irlanda, onde se acreditava que o dinheiro e armas espanhóis ajudavam os rebeldes. A situação era crítica, mas as concessões a Portugal poderiam aplacar a Espanha e aliviar as tensões entre Elizabeth e Felipe.

Em Maio de 1574, Elizabeth concordou em proibir que seus súditos comerciassem com a costa da África ao Sul do Cabo Branco, renunciando assim a qualquer demanda de participação no comércio com a Guiné. Ao mesmo tempo, ela providenciou a interrupção tráfico de armas com os Mouros ao Norte do Cabo. Não é claro em que medida essas providências, que foram repassadas por Burghley a Giraldi, foram honradas. É certo que, apenas alguns meses depois, Elizabeth tentou sem sucesso livrar-se de sua renúncia ao tráfico de munições. Por outro lado, uma queixa de alguns comerciantes estabelecidos há muito tempo no Marrocos, de que intrusos ainda estavam secretamente comerciando com armas, sugere que ela honestamente tentou parar o tráfico. Além do mais, no começo de 1577, quando Giraldi se queixou de que navios dos mercadores da Easterlings ou da Hansa estavam enviando munições para os Mouros em navios que transportavam oficiais Ingleses, imediatamente foram emitidas instruções do Privy Council para o Lord Almirante, no sentido de que se ordenasse aos ditos mestres e pilotos que não assumissem responsabilidade por nenhuma dessas viagens, ou realizassem nenhuma delas.
No mês seguinte, Edmund Hogan ou Huggins, um mercador de Londres que comerciava com o Marrocos, anteriormente mencionado, apresentou-se diante do Privy Council, para responder a uma acusação de que era transportador de ferro, balas e balas de canhão* para os Mouros. A acusação havia sido feita por Giraldi, que alegou que o agente de Hogan, John Williams, tinha recentemente vendido trinta toneladas de balas de canhão ao Cherife, em troca de açúcar e de salitre, e que outros mercadores Ingleses tinham enviado remos, e artilharia para o Marrocos. Não há registro dos procedimentos do Privy Council, mas Hogan parece ter sido perdoado, porque posteriormente, no mesmo mês, ele emitiu um importante memorandum pressionando no sentido da suspensão da interdição do tráfico de armas para os Mouros.
O memorandum era datado de Março de 1577, quando Abd el-Malek já tinha se estabelecido no trono. Esta é a estória que ele relatava: cinco anos antes, Hogan havia enviado seu agente, John Williams, a Hamburgo para conseguir salitre, do qual Elizabeth necessitava. O salitre, entretanto, tinha se tornado tão escasso, e de preço tão alto, por causa, provavelmente, da guerra nos Países Baixos, que ele não pôde comprar nada. Sendo igualmente mal sucedido em Lubeck e Danzig. Williams retornou com alguma roupa leve de linho, que não se mostrou vendável na Inglaterra, e foi, por isso, enviado ao Marrocos, na esperança de que os Mouros pudessem comprá-la. O homem encarregado deste negócio, provavelmente o próprio Williams, descobriu que havia ainda salitre no Marrocos, obtido de seis diferentes minas, na região Sul do País. Mas a venda do salitre estava proibida, devido ao fato de que os suprimentos estavam sendo reservados para o exclusivo uso do Cherife, Mulai Mohammed. Falharam as tentativas para superar as dificuldades, até que um apelo foi feito diretamente a Mohammed, que terminou entrando em um acordo; se Williams o suprisse de munição para a sua artilharia ele poderia ter todo o salitre que quisesse. Especificações para pellets, como os Elizabethianos chamavam as balas de canhão, e uma amostra do salitre foram enviadas a Londres. A necessidade da Inglaterra pela amostra devia ser premente, uma vez que esta foi imediatamente examinada pelo próprio Lord Tesoureiro, enviada ao Castelo de Kenilworth, para ser inspecionada pelos Condes de Warwick, e de Leicester.
A Inglaterra Elizabeteana carecia de um suprimento adequado de uma munição de guerra tão vital quanto o salitre em parte devido ao fato de que o país tinha ficado muito atrás da Europa no uso de armas de fogo, resultado da inabalável fé dos Ingleses em seu arco longo, devidamente famoso; e, em parte, devido a dificuldades domésticas na sua manufatura. O curto alcance efetivo do arcabus (100 jardas), a dificuldade de manter ativo o seu lento desempenho no tempo ruim ou chuvoso, o seu peso, que reduzia seriamente a sua mobilidade, e o seu alto custo, eram algumas das objeções que na opinião dos Ingleses o tornava inferior ao arco longo, a sua arma tradicional, no uso da qual eles não tinham iguais. O arco longo tinha duas vezes o alcance, não era afetado pelo clima, era muito móvel, barato e fácil de repor; e, diferentemente do arcabus, podia ser disparado simultaneamente por vários batalhões. Em 1544, quando o arcabus estava em uso geral no continente, os 28000 homens a pés da Inglaterra incluíam menos do que 2000 arcabuseiros. Arqueiros continuavam a ser recrutados para o exército Inglês até tão tardiamente quanto à última década do século. Foi, portanto, muito depois que a maior parte dos países Europeus renunciou ao arco pelo arcabus que a Inglaterra veio a ter uma necessidade significativa de pólvora, excetuando a pólvora para a artilharia. A quantidade relativamente pequena de pólvora que era requerida era obtida do Continente, onde a maior parte dos países tinha os seus moinhos de pólvora.
Antes do tempo de Elizabeth, os Ingleses mantinham estoques de pólvora em seus próprios depósitos no exterior, especialmente em Antuérpia. Mas eles não podiam importar a pólvora sem a autorização do governo do país em que eram mantidos os estoques. Assim, Maria tinha sido forçada a obter permissão do Rei da Espanha para fazer uso dos suprimentos de pólvora, e dos ingredientes desta, que ela mantinha nos Países Baixos. No reinado de Elizabeth, esta situação era naturalmente intolerável, em face de suas relações com Felipe. De forma que os moinhos de pólvora começaram a ser estabelecidos na Inglaterra em seu reinado. Ela nunca havia conseguido se livrar da dependência do Continente, porque se tornava muito difícil a manutenção de um suprimento adequando, em função da escassez de salitre ou nitrato, o mais importante ingrediente da pólvora militar. Não havia depósitos conhecidos de salitre, ou nitrato, na Europa, e este havia sido importado do Oriente, principalmente da Índia e da Pérsia. Era caro, portanto, e nunca abundante. Um método de produção artificial havia, não obstante, sido inventado no continente, mas o segredo havia sido com sucesso ocultado dos Ingleses. Em 1561, entretanto, um capitão Alemão, Gerrard Honrick, vendeu o segredo para Elizabeth, por £300, e se encarregou de instruir a seus súditos na arte . O processo consistia na mistura de terra e excremento animal com cal e cinzas. O composto era então exposto ao ar livre em lugares secos e frios, aguado periodicamente com urina. Por fim, e depois que o amontoado era muitas vezes remexido, o salitre se cristalizava.
O processo era muito simples, mas Elizabeth não chegara ao fim das dificuldades com os seus suprimentos. O problema seguinte era o de conseguir suficiente matéria animal para assegurar uma quantidade de salitre suficiente para o provimento de suas necessidades. Seus súditos foram obrigados a permitir que os homens do salitre cavassem a terra em todas as casas de pombo, currais, estábulos, celeiros, etc. Eles tinham também que prover transporte para o salitre. O povo se ressentiu das intromissões dos homens do salitre, cujas atividades eram tão danosas para seus prédios e perturbadoras para eles. Queixas e críticas eram então freqüentes.

As notícias de que o salitre estava para ser obtido no Marrocos trouxe esperanças do estabelecimento de uma fonte nova e independente de suprimento, de modo que a amostra de Hogan foi naturalmente examinada com agudo interesse.

A qualidade se mostrou aceitável, algumas balas de canhão foram então enviadas para o Marrocos "para uma prova". Foram provavelmente estas as trinta toneladas pelas quais Hogan foi levado diante do Privy Council. O carregamento de teste chegou ao Marrocos durante a luta entre o Mulai Mohammed e Abd el-Malek. O assunto foi evitado até que este último, bem sucedido em se estabelecer no trono, teve necessidade de munição. Ele se dirigiu então a Williams e a um outro mercador Inglês, John Bampton, ambos os quais comerciavam em Marrakech, e disse-lhe que se eles o suprissem de balas de canhão ele lhes concederia uma licença exclusiva para comprar salitre, e cobre, ou qualquer outra coisa que quisessem. A única condição era a de que o salitre não poderia passar a mãos Portuguesas ou Espanholas. A oferta foi aceita e confirmada em uma carta que Abd el-Malek enviou através de John Williams para Elizabeth. Esta carta, e a resposta da Rainha, como quase que todo e qualquer documento oficial relacionado ao tráfico de armas neste tempo, desapareceu dos arquivos Britânicos. É muito claro, entretanto, que a Rainha independentemente de suas providências com relação a Portugal, estava pronta para ser conivente com a retomada do tráfico de armas em grande escala. Os mercadores Ingleses deveriam não só suprir o Cherife de balas de canhão, e de outras munições, em troca do salitre tão necessitado, mas arranjos foram feitos para emprestar a Abd el-Malek fundições Inglesas de armas.

O objetivo do memorando de Hogan foi o de pavimentar o caminho para uma aliança entre a Inglaterra e o Marrocos, que havia sido sugerida por Abd el-Malek em uma carta a Elizabeth, cujo portador foi o Agente de Hogan, John Williams. A avidez da aceitação da proposta pela Rainha, a precipitação com que agiu, a sua repetida insistência no mais estrito segredo, e o cuidado evidente que foi tomado no sentido de destruir todo e qualquer registro relevante estão entre as circunstâncias que não deixam lugar para dúvidas com relação à natureza da proposta aliança. Era para ser um acordo secreto que asseguraria à Rainha o seu salitre, e aos Mouros a munição que ela se comprometera em não permitir que eles tivessem.

Elizabeth enviou imediatamente um embaixador ao Marrocos para negociar o acordo. O homem que ela escolheu não foi outro que Edmund Hogan, o mercador a quem Giraldi havia acusado de traficar armas ilicitamente. Dois meses depois da apresentação de Hogan diante do Privy Coucil, ele embarcou para o Marrocos, como embaixador de Elizabeth.

Hogan levava consigo as instruções escritas da Rainha, mas se a sua missão tivesse se limitado a isto haveria pouca razão para a sua ida, e nenhuma razão para a pressa com a qual ele foi enviado. À parte alguns abusos de direitos, de que alguns mercadores Ingleses haviam se queixado, tudo que Hogan tinha que fazer, de acordo com a carta da Rainha, era dizer ao Cherife que ele não podia, de modo algum, obter munições de guerra com a Inglaterra. Repetidamente ela retornou a esta exigência. Hogan não deveria mencionar a necessidade de artilharia e munições de Abd el-Malek à qual em honra e consciência nós não podemos ceder. Se o Cherife levantasse a questão, Hogan deveria declarar: o tanto que nos importa, tanto em honra como em segurança, renunciar a qualquer dessas solicitações tendo em consideração as associações como as (...) que temos presentemente com outros príncipes Cristãos. Se isso não satisfizesse o Cherife, a ele deveria ser dito que caso consentíssemos em suas solicitações (...) atrairíamos o ódio de todos os príncipes Cristãos, envolvendo assim em guerra a nação, e arruinando o seu comércio. Era evidentemente um subterfúgio as instruções de Hogan, cuidadosamente preparado para os intrometidos olhos de Giraldi.

O relato feito por Hogan de sua missão mostra-o com toda a arrogância de um mercador feito embaixador.

Acompanhado de mercadores Franceses e Ingleses, escreveu, e de um grande número de soldados, passei em direção à cidade (de Marrakech) (...) vieram ao meu encontro, para me receber, todos os Cristãos dos Hispânicos e de Portuga; o que, eu sabia, era muito mais por determinação real, do que pela boa vontade deles próprios: porque alguns, ainda que me cumprimentassem amavelmente, abaixavam as cabeças como cachorros, especialmente os Portugueses, e eu, em concordância, os estimulava.

Chegou Abd el-Malek,

Parecia gostar de mim tão especialmente, que tirou de sua cinta uma adaga curta, incrustada de 200 pedras, rubis e turquesas, e entregou-a a mim... Fui tratado com grande honra e especial apoio, tal como não é ordinariamente demonstrado a outros embaixadores dos Cristãos.

A incomum deferência mostrada a Hogan foi muito provocativa para os Portugueses. Giraldi fez um protesto ridículo a Walsinghan.

Quero respeitosamente lhe informar, escreveu ele, que esta cidade (Londres) está cheia da recepção dada por aquele Cherife tirano ao embaixador de sua majestade; de como ele veio a encontrá-lo e honrá-lo com esse nome através de palavra de boca... Também dos milhares de gêneros e armas que este Ughens (Hogan) levou no galeão e dois outros vasos menores, que estou certo ser pouco para o gosto do Rei, meu senhor.

GUADALUPE: CONVENTO DOS JERÔNIMOS

Do relato de Hogan é óbvio que a Rainha lhe havia dado instruções outras que aquelas com as quais se comprometera por escrito. De modo que enquanto o escrito omitia qualquer menção a salitre, este era três vezes mencionado no relato de Hogan, e foi evidentemente muito discutido entre ele e o Cherife. O salitre já estava de fato sendo fornecido aos Ingleses, mas não existe a menor insinuação de que Abd el-Malek tivesse se tornado menos insistente do que seria, oferecendo-o apenas em troca por munições, das quais ele necessitava tanto quanto sempre.
Igualmente significativa foi a referência de Hogan e ter enviado a carta de Sir Thomas para o Cherife. Gresham, filho do famoso Lord Mayor de Londres, tinha por longo tempo mantido o importante escritório de Mercador da Rainha. Uma parte de suas obrigações era a compra de salitre, de pólvora, militar e de armas diversas solicitadas pela coroa. Cinco anos antes, quando John Williams, agente de Hogan, pesquisava sobre salitre em Hamburgo fora apresentado por Sir Thomas Gresham. Existe pouco lugar para dúvidas de que as cartas que ele confiou a Hogan para o Cherife eram da mesma conexão.
Confirma-se no último parágrafo do relato que as negociações secretas estavam em andamento. Lê-se aí, Tocando os negócios privados entretidos entre sua majestade e o imperador, eu tenho cartas da parte dele para satisfazer a sua alteza. Da última correspondência parece que as cartas do Cherife para Elizabeth continham a promessa de enviar o seu próprio embaixador à Inglaterra. Agradecendo-lhe por isso ela solicitou que mantivesse o assunto em segredo, evidentemente temerosa de que a sua associação com ele pudesse se tornar conhecida, e se suspeitasse de sua real intenção. Mas isso não pode ter sido o principal assunto das cartas. Os "assuntos privados" sobre os quais o Cherife escreveu devem ter sido algo que foi iniciado anteriormente. A sua carta, como a de Gersham, não sobreviveu.
O desaparecimento de todos os registros oficiais trazendo diretamente o acordo secreto entre Elizabeth e Abd el-Malek não pode ser descartado como mera coincidência, uma vez que em todos os outros assuntos os documentos contemporâneos nos arquivos Britânicos são singularmente completos. A ausência de qualquer registro sobre a apresentação de Hogan diante do Privy Council, e a sobrevivência das espúrias instruções que lhe foram dadas pela Rainha mostram o tanto Elizabeth fora, para esconder de Portugal a quebra de compromisso de suas providências. Não por medo de Portugal, mas por medo de Felipe da Espanha. A intensa amizade do Cherife era embaraçosa, e a sua intenção expressa de mandar um de seus próprios embaixadores a Londres a apavorou. Ela prometeu demonstrar toda a honra que pudesse ao embaixador, mas por muitas boas razões, rogamos, escreveu, que você o envie secretamente, de modo que a vinda dele não possa de nenhuma forma ser conhecida. Mendonza, o embaixador Espanhol em Londres, tinha também as suas suspeitas.
Existe aqui um navio, ele escreveu a Felipe, pronto para ir para a Barbaria com um grande número de cachorros e de cavalos bem treinados a bordo, e algumas roupas, presentes para o Rei de Fez... Falou-se de que vai para trazer salitre de volta, mas existe aqui certo Júlio que reivindica descender dos príncipes de Jaranto, e que se pensa ser um Mourisco. Fala belamente oito ou nove línguas, e fica a portas fechadas por horas todo dia com Leicester e walsingham, e algumas vezes com a Rainha. Não sei a que ele se propõe, mas acredita-se que ele irá neste navio.
O que quer que Giraldi e Mendonza tenham suspeitado, eles não tinham conhecimento correto do que acontecia. Abd el-Malek tinha assegurado as munições de que necessitava, e Elizabeth tinha conseguido o seu salitre, mas sob grande risco, e nos termos ditados pelo astuto Mouro.

POSTADO POR BLOG DO AFONSO ÀS 10:45

Capítulo 7. O Encontro em Guadalupe

O medo da invasão vinda da África, que assombrara Felipe II durante os negros e ansiosos dias da rebelião de Alpujarras, havia sido em muito agravado pela marcha em direção ao Oeste dos Turcos Otomanos. Ainda que os rebeldes não houvessem recebido a ajuda que esperavam receber da África, eles persuadiram a Felipe, e a outros, de que haviam recebido, através de várias dissimulações, tais com se vestirem de Turcos. Um despacho de Cádiz informava a Elizabeth da Inglaterra que a rebelião estava recebendo apoio tanto da Turquia quanto da Barbaria; e alguns meses depois Robert Hogan, o agente da rainha em Madri, repetiu a história com maior circunstância, reportando a captura por galés Espanholas de dezoito galeotas e outros navios, tendo sido tomados gêneros e munições aos rebeldes. De modo que o pior receio de Felipe foi mantido vivo, e a sua paz de espírito não retornou, mesmo com o colapso longamente adiado da rebelião. Os Turcos se aproximavam da costa Atlântica, e bem podiam se lançar sobre a Espanha. Relatava-se, na verdade, que a sua programação era a de capturar primeiramente Fez, e em seguida uma invasão da Europa. Em Março de 1576, quando Felipe ansiosamente acompanhava os eventos nos Estreitos, alguém o pressionou a antecipar os acontecimentos, enviando uma armada em auxílio do Sultão Mouro,

Mulai Mohammed, que estava então sendo ameaçado por Abd El-Malek e seus aliados Turcos. Sugeriu-se que as forças combinadas da Espanha e do Mulai Mohammed poderiam não apenas atrasar o avanço dos Turcos, mas expulsá-los de sua base avançada em Argel, de onde eles ameaçavam o reino de Napolitano de Felipe.
Sebastião, igualmente, acompanhava a África do Norte, e com não menos interesse, mas por uma razão diferente. Para ele, não havia ameaça Africana. Além dos Estreitos havia, apenas, infiéis a conquistar, e glória a ser conquistada. Ele bem conhecia os medos de Felipe, e tinha esperanças de favorecer o seu próprio projeto jogando com eles. O Marrocos Ocidental, onde ele havia longamente planejado desembarcar a sua armada, estava dentro da zona alocada a Portugal. Se Felipe, assim, pudesse ser persuadido a se juntar a ele naquela empreitada, o território conquistado iria para Portugal, e não para a Espanha. Felipe deveria, ao contrário, ser desencorajado da possibilidade de um ataque à Argel ou a qualquer outro ponto na costa do Mediterrâneo que ficasse na zona Espanhola.
Em Abril, quando Fez já caíra sob Abd El-Malek, Sebastião enviou um embaixador a Madri para propor um ataque conjunto de Espanha e Portugal sobre Larache, como o melhor caminho para deter os Turcos, e proteger a Espanha de uma invasão. O enviado deveria enfatizar – e exagerar, em caso de necessidade – as vantagens oferecidas por Larache: o seu magnífico porto, suas excelentes defesas naturais, em combinação com a sua adequação como base para futuras operações. Deveria enfatizar os perigos da continuada inação. Se Larache caísse em mãos Turcas, a navegação ao longo da costa do Atlântico tornar-se-ia impossível para as nações Cristãs, e a recaptura do porto poderia se mostrar impossível. Nos calcanhares deste embaixador, Sebastião mandou um segundo, com a proposta mais definida de que a contribuição de Felipe para o empreendimento conjunto deveria ser de 50 galés e 5000 soldados de infantaria, com os gêneros e munições necessários à sua manutenção. Sebastião silenciou acerca da contribuição de seu país, mas assegurou a Felipe de que, se a Espanha contribuísse com o que ele solicitava, o sucesso seria certo.
A situação no Norte da África era tão séria que muitos consideravam que a intervenção de Portugal e da Espanha poderia se tornar por fim inevitável, e não se surpreenderiam com uma aceitação por parte de Felipe da proposta de Sebastião. Felipe tinha em mãos preocupações demais. Suas tropas na Holanda, exasperadas por sua incapacidade para lhes pagar, estavam na iminência de se amotinarem; sua segunda falência se aproximava rapidamente; os Ingleses rapinavam suas colônias e sua navegação; os Turcos ameaçavam um ataque a seus domínios Italianos, e a lealdade de Nápoles e Gênova era suspeita. Ele não estava, portanto, em um estado de espírito próprio para se envolver numa nova guerra, caso se pudesse encontrar alguma meio para evitá-la. Se, por outro lado, Sebastião estivesse determinado a invadir a África, com, ou sem, a ajuda Espanhola, como parecia ser o caso, seria desastroso para ele, no final das contas, permanecerem de fora, e permitir que Sebastião se destruísse e destruísse o seu exército. Inevitavelmente, seguir-se-ia uma invasão Muçulmana da Espanha. Além do mais, no geral, Felipe concordava com Sebastião, acerca da conveniência de capturar Larache. Ainda que mercadores Ingleses houvessem recentemente se queixado da pobreza da produção de Larache, e da inadequação de seu porto, Felipe havia declarado que Larache valia mais do que todo o resto da África junto. Isto porque ele antevira as más conseqüências que resultariam de sua ocupação pelos Turcos. Uma vez que os Turcos tinham uma base na costa Atlântica do Marrocos, e poderiam controlar os Estreitos, e saquear as suas frotas de tesouro, que retornavam das Índias. No seu dilema, Felipe decidiu ganhar tempo. Sugeriu um encontro pessoal com Sebastião, para discutir o seu projeto, e insinuou que algumas medidas de apoio talvez pudessem ser assumidas por ele. Esta foi a mensagem que os dois embaixadores trouxeram de volta para Lisboa.
À parte os muitos embaraços, que tornavam duplamente mal vinda a proposta de Sebastião, Felipe considerava com profunda desconfiança o projeto Africano de seu sobrinho. Mesmo que ele fosse bem sucedido, poderia provocar apenas uma aliança Otomano-Moura, que resultaria em perigo para a Itália, da mesma forma que para a Espanha, tornando-o maior do que nunca. Mas uma desastrosa derrota parecia mais provável. Como todos os Hispânicos, Felipe era desdenhoso das qualidades de luta dos Portugueses, e temeroso de aliar a guerreiros assim tão ineptos o mais admirável exército da Europa, pois era assim que eram classificados os famosos tercios de Felipe por toda a continente. À frente deles estava o sanguinário Alva, o maior soldado da época. Ele tinha se oferecido para acompanhar a expedição Portuguesa, desde que a comandasse, mas Sebastião tinha feito claro que a liderança permaneceria em suas próprias mãos.
Felipe era naturalmente relutante em confiar suas experimentadas tropas a um general tão inexperiente, e que, além do mais, tinha se mostrado carente de qualquer compreensão dos primeiros princípios da guerra. Assim, lamentando já o tênue encorajamento que tinha oferecido à esperança de seu sobrinho acerca da ajuda Espanhola, ele lhe escreveu, tentando dissuadi-lo de seu propósito, ou, pelo menos, dissuadi-lo de colocar em perigo na África a sua própria vida. Sebastião ignorou o conselho do seu tio, mas concordou que deveriam se encontrar para discutir o projeto. A conferência foi marcada para as primeiras semanas de 1577, no convento Jeronimita do Século Quatorze de Nossa Senhora de Guadalupe, em Estremadura, a meio caminho entre Madri e Lisboa. Felipe chegou carregado de preocupações a Guadalupe. A seus embaraços financeiros, e à ameaça Turca se acrescentava grande ansiedade acerca da situação nos Países Baixos. O fracasso de seus súditos do Norte para comporem as suas diferenças políticas e religiosas, e se unirem contra ele tinha, por muito tempo, encorajado a esperança de que, por fim, ele conseguiria impor a eles sua vontade. Os horrores do saque de Antuérpia pela soldadesca Espanhola amotinada, produzira o que os longos anos de opressão, e a astuta diplomacia de Guilherme de Orange, não haviam conseguido. A Fúria Espanhola havia ensinado ao povo que a sua única esperança restava sobre a unidade. O Sul Católico, e o Norte Protestante, as dezessete províncias, representadas pelos Estados Gerais, a Holanda e a Zelândia, dirigidas por Guilherme de Orange, haviam se unido numa aliança, e numa paz inviolável, com o objetivo de expulsar da terra a soldadesca Espanhola. As leis contra heréticos tinham sido declaradas nulas, tinham sido dados plenos poderes ao Príncipe como governador, e como almirante geral. O vice-rei de Felipe, seu meio irmão Don Juan, ficara impotente diante da resoluta determinação de cada segmento da população. O vencedor de Lepanto tinha sido forçado não só a aquiescer ao que havia sido feito, mas a prometer a imediata retirada para sempre de todas as tropas Espanholas. Se as notícias acerca da extensão das humilhações de Don Juan não tinham ainda alcançado a Felipe, ele devia ter conhecimento, quando foi para Guadalupe, do que esperar, e já tinha se dado conta de que terminara em fracasso o esforço de aproximadamente vinte anos para alcançar a sua grande ambição de purgar os seus domínios da heresia.

Sebastião chegou a Guadalupe num estado de espírito muito diferente. Sentira-se reassegurado pelo assentimento de seu tio em recebê-lo, porque ele, por certo, não teria condescendido em fazê-lo se não estivesse preparado para tratar de negócios. Tendo concedido tanto, nada seria mais natural para Felipe do que convocar o seu sobrinho a percorrer todo o caminho até o Escorial, para inspirar respeito com a tenebrosa austeridade do grande convento, que ele tinha construído para ser a sua casa. Ao invés disso, ele havia graciosamente escolhido um local de encontro para o qual Felipe teve que viajar aproximadamente a mesma distância que Sebastião. Mas o encorajamento de seu tio houvera ido ainda além. Ele tinha dado ordens para que, em solo Castelhano, seu sobrinho recebesse as mesmas reverências que ele próprio, concedendo assim um status ao qual nenhum rei recente de Portugal teria esperado daqueles lados.

Do momento em que Sebastião entrou em Badajoz até a sua chegada a Guadalupe, o esplendor de sua marcha igualava, ou mesmo superava, a aquele de que ele desfrutava em seu próprio reino. Além dos cortesãos que haviam sido enviados para dar-lhe as boas vindas, sua escolta incluía os nobres de cada um dos distritos pelos quais ele passava. Uma especial reverência foi a abertura das prisões de Badajoz, e de outras cidades em sua rota. Cada dia de marcha era concluído com uma jubilante recepção em seus alojamentos. Quando ele finalmente chegou a Guadalupe o calor de sua recepção provocou o competente comentário de Cabrera de que o povo se comportou como soubesse que ele tinha vindo para entregar seu reino nas mãos do rei Católico.

As boas vindas de Felipe ao seu sobrinho superavam as expectativas do jovem. Parecia não haver limites para a condescendência do tio. Não contente com se dirigir ao exterior para encontrá-lo, ele desceu de sua carruagem e, para a surpresa dos observadores, avançou não menos do que três passos para abraçá-lo. Uma surpresa ainda maior para os deslumbrados acompanhantes dos dois monarcas foi a saudação de Felipe. Em seus assombrados ouvidos caíram as palavras Sua Majestade, um cumprimento que os reis de Castela não prestavam ao Rei de Portugal desde a primeira vez que clamaram pelo trono de Português.

É difícil discernir os propósitos de Felipe ao ir tão distante na honraria ao sobrinho, por quem ele tinha tido tão pouca consideração ou respeito. Estava ele, de olho no trono de Sebastião, pescando a estima Portuguesa? Ou estava ele almejando ganhar em tal medida a confiança do sobrinho que o jovem abriria mão de seus desejos, e abandonaria o seu projeto Africano? A última alternativa parece mais provável, porque Felipe já deveria ter sabido que a recusa de ajuda Espanhola, por si só, não deteria Sebastião em seu propósito determinado.

Deliciado com a recepção, e no mais alto estado de espírito, Sebastião dirigiu-se com o seu tio, colina acima, para o monastério, situado entre plantações de oliveiras e pomares que cobriam, até os topos, as sierras vizinhas. Um dos monastérios mais ricos da Espanha, Guadalupe era de um impressionante tamanho. Encerrava, por trás de suas creneladas muralhas, uma comunidade de trezentos monges, um palácio real, uma hospedaria freqüentada pelos grandes, e uma enfermaria para peregrinos. Suas escolas e oficinas empregavam iluminadores, ourives, e artesãos em prata, cuja habilidade aumentava o seu renome.

O monastério devia principalmente a sua fama à posse de uma pequena estátua negra da Virgem, presente de Gregório o Grande, para a qual as rainhas bordavam mantos, e em direção a qual grandes homens empreendiam jornadas, de longe, para prestar homenagens. A estátua era especialmente afamada por salvar as vidas dos afogados. Por isso, entre os peregrinos, lá estavam sempre marinheiros e soldados. Em 1493, Colombo, logo depois de voltar da descoberta da América, fez a peregrinação, em cumprimento de uma promessa feita durante uma tempestade no mar. Sua visita é comemorada pela ilha que recebeu posteriormente o nome do santuário. Em seu caminho para Guadalupe, ele esteve na cidade vizinha de Trujillo. É possível que o emocionante espetáculo da marcha com seu entourage, que incluía membros da casa real, e seis índios batizados, tenha sido contemplado por Francisco Pizarro, então com treze anos, filho de um fazendeiro de porcos da cidade. Não é menos provável que um pouco depois, quando Colombo passava ao vizinho vale de Guardiana, um garoto de nove anos, de nome Hernán Cortês estivesse no meio do povo que se amontoava na estrada para ver a estranha marcha do homem cuja descoberta de um novo mundo mobilizava toda a Europa. Anos depois, Cortês faria a mesma peregrinação, carregando uma mala de esmeraldas feita por indígenas, e rezou por nove dias a Nossa Senhora de Guadalupe, na esperança de espiar os pecados que havia cometido durante a sua conquista do México. Entre os peregrinos mais humildes estavam Cristãos fugidos dos Mouros, que faziam ofertas de suas correntes de escravos.

No momento do encontro entre Felipe e Sebastião, Guadalupe provavelmente estava no ápice de sua glória. Desde o começo do século, presentes de incrível magnificência fluíam para o monastério, vindos tanto do Novo como do Velho. Dentre os últimos, um altar frontal doado por Mary Tudor, e um outro doado por Henrique II, da França, ambos os quais sobreviveram até nossos dias.

Tal era o brilhante ambiente de visita na qual os dois reis, por razões conflitantes, estavam determinados a criar uma grande ocasião. Chegados ao palácio dentro do monastério, Felipe pessoalmente conduziu seus hóspedes a seus aposentos, e depois jantaram juntos, em um estrado diante de toda a corte Castelhana, que havia sido reunida para fazer as honras ao jovem extremamente cansativo. Sebastião tagarelava interminavelmente sobre sua cruzada Africana. Quanto mais Felipe ouvia, menos gostava. A seu lado estava Alva advertindo-o de que aquela expedição requereria no mínimo 15000 soldados de primeira classe, tais como Hispânicos, Italianos e Germânicos, pra além daqueles que Portugal podia enviar.

Longe dali, na distante Londres, chegavam a Elizabeth relatos das conversações em Guadalupe. De acordo com um informante, as conversações tomavam o curso desejado pelos ministros de Sebastião. Relatava-se que eles haviam deliberadamente arranjado o encontro, na esperança de que o irresponsável jovem pudesse ser dissuadido de seu projeto por Felipe. Tinham esperança de que o Rei talvez pudesse ser induzido a pressionar-lhe a aceitar a mão de uma das Infantas Espanholas, projeto que eles haviam anteriormente tentado, mas que temiam que fosse tão desagradável para ele como simplesmente o era para Felipe. Alguém mais informou a Elizabeth que Felipe havia tentado dissuadir Sebastião da África com a sugestão de um ataque conjunto contra a Inglaterra, mas isto foi posto de lado como algo menos provável para satisfazer ao Todo Poderoso do que uma cruzada contra os infiéis. Sebastião já havia argumentado desta forma em Lisboa, e o argumento tinha tido a réplica de que hereges em casa era uma ameaça maior à fé do que os infiéis na África, uma tese amplamente prevalecente, que tinha sido muito útil ao favorecimento dos Turcos Otomanos.

Sebastião estava obstinado. Felipe, achando inútil o argumento, mas com esperança, ainda, de assegurar o comando para Alva, limitou o seu conselho seguinte a instar Sebastião a não ir ele próprio na expedição. Como a auto-glorificação era o objetivo primário de seu sobrinho, isto não fazia sentido, e apenas provocou ressentimentos. Profundamente perturbado com a situação na África, e convencido de que nada dissuadiria Sebastião de seus propósitos, Felipe enfraqueceu. Permitir que Sebastião perecesse sem ajuda poderia ter piores conseqüências do que tomar novamente empréstimo dos banqueiros de Augsburg. Mas, desdenhoso do conselho de Alva, ele estava determinado a não se comprometer com uma força maior do que a que Sebastião lhe havia solicitado.

Assim, foi combinado entre eles que Sebastião deveria levantar uma força de 10000 homens à qual Felipe acrescentaria 5000 de seus tercios e cinqüenta galés. Se nesse ínterim os Turcos atacassem a Itália,

e colocassem em perigo o seu reino de Nápoles, Felipe estaria liberado de suas obrigações. A outra condição de Felipe era a de que a expedição deveria ser limitada a um ataque a Larache, que nenhuma tentativa seria feita para penetrar o interior, e por último, de que a expedição deveria ter lugar em algum momento durante o corrente ano de 1577. O não cumprimento de qualquer uma dessas condições liberaria Felipe de suas obrigações.

Poucas semanas antes do encontro de Guadalupe, Cabrette havia chegado a Madri com o apelo de Abd el-Malek. Era pouco mais do que um apelo por amizade espanhola. Depois de protestar sua impotência para injuriar a Espanha ou a Portugal, Abd el-Malek havia prometido enforcar corsários capturados com presas espanholas, não ajudar nenhum inimigo da Espanha – nem mesmo ao Grande Turco –, e garantir facilidades especiais para o resgate de cativos Cristãos em mãos Mouras. Não se fez nenhuma demanda à Espanha.

Felipe tinha visto neste gesto amigável uma liberação dos compromissos Africanos que lhe haviam sido impostos. Por isso ele tinha decidido não mandar resposta antes do final do encontro de Guadalupe. Depois, ponderando, intranqüilo, as conseqüências do trato que ele tinha concedido a seu sobrinho, ele novamente se voltou para a oportunidade que Abd el-Malek lhe oferecera para uma solução independente do problema Mouro. Passou-se às mãos de Cabrette propostas para uma aliança. Entre Felipe e o Cherife haveria um tratado de paz e de não agressão, obrigando os Mouros, tanto quanto pôde Felipe, e se faria com que Sebastião dele tomasse parte. O Cherife alertaria quaisquer atos hostis que os Turcos planejassem tomar contra a Península. Haveria livre comércio entre os povos dos dois países, mas os odiados Mouriscos, os Mouros que haviam sido forçados a aceitar a fé Cristã, seriam excluídos dele. Os corsários Turcos seriam proibidos de usar os portos Mouros, aos quais os navios de Espanha e de seus aliados teriam livre acesso. Nem Cristãos nem Muçulmanos seriam forçados a apostatisar. Desertores Espanhóis não seria abrigados pelo Cherife. Não haveria incursões às Canárias por seus súditos. Em caso de necessidade, as partes pactuantes ajudar-se-iam reciprocamente contra os Turcos. Cativos, quer fossem Cristãos ou Muçulmanos, seriam resgatados por sessenta ducados (cerca de £19) por cabeça. Tais eram os principais propósitos do tratado destinado a deter a agressão Turca à Espanha, e para prover uma desculpa a Felipe para retroceder de seus compromissos com Sebastião.

Enquanto isso, o amor à luta de Alva chegara ao melhor de seu bom senso. Ele e seus amigos tinham ficado tão entusiasmados com a campanha vindoura que se determinaram manter Felipe atado a sua barganha. Tentaram então dissuadi-lo de enviar as propostas do tratado para Abd el-Malek, alegando que ele estava comprometido com Sebastião, que já suspeitava de que aquelas pouparlers* tinham sido abertas com o Cherife, e que surgira uma brecha. Sebastião de fato já sabia do que estava a caminho, e fazia o seu melhor para evitar o retorno de Cabrette ao Marrocos. É incerto se Felipe continuou com suas negociações, mas nada delas resultou.

O principal cuidado de Alva era o de que a expedição não fosse posta em perigo pela parcimônia real, ao contrário de outros empreendimentos assumidos pelo vacilante Felipe. Sua política era, não só a de fazer com que o Rei mantivesse os seus compromissos, mas a de persuadi-lo a enviar uma força maior do que a que ele havia prometido. Quando Felipe negou a necessidade de mais homens, e persistiu em suas expectativas de que, no final de contas, nada adviria da expedição de Sebastião, Alva argumentou que, se isto acontecesse, as tropas poderiam sempre ser utilizadas contra a Inglaterra. Alva, que tinha longa experiência com as meias-medidas de Felipe, advertiu que os estoques de gêneros para a expedição deveriam vir da Itália, ao invés de virem da Espanha. Isto faria com que fosse menos fácil para Felipe contra ordená-los, e deixar suas tropas míngua de suprimentos vitais.

POSTADO POR BLOG DO AFONSO ÀS 10:41

Capítulo 8. Modos e Meios.

Enquanto isso, nada acontecia em Portugal que pudesse despertar o zelo marcial de Felipe, ou aliviar os medos de Alva com a irresolução de seu senhor. Os problemas imediatos que Sebastião tinha que resolver era o do financiamento da campanha que se aproximava, e o da mobilização de um exército. Seus métodos de resolvê-los não encorajavam otimismo.

Antes que um exército pudesse ser mobilizado, era necessário que meios fossem divisados para financiá-lo. As receitas próprias de Portugal eram de cerca de um milhão de ducados, derivadas, principalmente, de taxações excessivas sobre as importações. Estas já impunham uma pesada carga sobre o povo. As possessões além mar, São Tomé e São Jorge da Mina, na África Ocidental, o Brasil e as Índias, propiciavam no melhor dos casos um outro milhão de ducados, o que elevava a receita total a digamos £700,000. Tivesse sido a administração eficiente, ou honesta, pelo menos, e isto teria sido mais do que suficiente para as necessidades do estado. Mas Sebastião estava cercado de ministros escolhidos por favores, ao invés de serem escolhidos por mérito, em cujas imprevidentes mãos não havia nunca nenhuma margem ou reservas para fazer frente a despesas imprevistas, e ainda menos para financiar o que prometia ser uma guerra dispendiosa. Os recursos tinham que ser produzidos, portanto, a partir de contribuições forçadas do povo. As extorsões arbitrárias dos coletores de impostos e seus impiedosos métodos gerou amargo ressentimento contra os Conselheiros do Rei, ainda que com relação ao próprio Rei o povo permaneceu leal. A Igreja foi multada em um terço de suas reservas. Aos Mouriscos foi permitido comprar por 225,000 ducados a liberdade com relação ao confisco de bens, como punição, por pecado contra a inquisição, um direito que se lhes tinha concedido muito antes, mas que nunca se lhes tinha permitido desfrutar.
Na Espanha, e em Portugal, como de fato na maior parte da Europa naquele tempo, os impostos costumeiramente taxavam aqueles que menos podiam pagar, porque apenas o povo era impotente para resistir. Quando a nobreza e os fidalgos de Portugal eram chamados a contribuir com a sua cota, havia uma violenta explosão contra um ataque tão flagrante a suas antigas prerrogativas. Um enfurecido nobre, Francisco de Melo, escreveu ao Rei, protestando contra a injusta demanda que se lhe fazia e que, insinuava, em más condições colocava tão virtuoso monarca. Não era irracional, perguntava, que a aristocracia fosse sujeita a impostos dos quais homens inferiores eram isentos? Atacou pesadamente os favoritos do Rei, e lembrou que a última ocasião em que a nação foi chamada a financiar uma guerra foi no desastroso ataque a Tangier, em 1437. Por que, indagava, deveriam eles ser solicitados a contribuir com uma guerra que oferecia ainda menos possibilidades de sucesso? De qualquer forma, guerras devem ser financiadas pelo povo comum, e não por cavalheiros.
A despeito de seu natural aborrecimento com esse ataque, o rei achou o argumento irresistível. Assim, o corajoso nobre, e muitos de seus companheiros, foram perdoados, e o dinheiro mobilizado de outras formas, principalmente, de acordo com um observador estrangeiro, pelo sangue dos pobres.
Havia à mão, entretanto, um paliativo que de longo tempo tinha sido o alívio e recurso final de estados na bancarrota, e ao qual chamamos, hoje em dia, de inflação. Os reais de Castela, que há muito tempo haviam sido retirados de circulação, se tornaram correntes novamente, mas nove vezes abaixo de seu valor de face. O que muitos consideraram sinistro, segundo um registro.
A mobilização de um exército, com ou sem recursos financeiros, não era fácil para um país como Portugal, que não tinha forças armadas a recrutar domesticamente. O primeiro passo de Sebastião foi o de indicar cinco coronéis, uma patente de recente introdução nos exércitos Europeus. Eram Miguel de Noronha, Diego Lopez de Sequeira, Francisco de Távora e Vasco de Silveira, sem que nenhum dos quais sequer tivesse visto o serviço ativo, ou tivesse qualquer experiência com as profissões das armas. A primeira obrigação de que foram incumbidos foi a de percorrerem o reino e recrutar um exército de doze mil pés. Eles falharam em recrutar qualquer coisa próxima deste número, e os homens que eles conseguiram eram todos vindos dos níveis mais baixos da população, ruínas humanas, movidos pela pobreza a agarrar essa chance passageira de uma vida menos miserável. Depois, quando Portugal ficou horrorizado com as desastrosas conseqüências de recrutar tais soldados tão inúteis, alegou-se que os garbosos coronéis arrolaram apenas aqueles muito pobres de modo que pudessem ser subornados.
A comunidade estrangeira de Lisboa achou muito divertido o espetáculo de Sebastião se exercitando e exercitando a sua tropa na arte da guerra. O embaixador Espanhol disse que havia apenas um instrutor, e era tão ignorante que os homens estavam mais incompetentes ao fim do treinamento do que no começo. Relatou-se que o Rei se preparava para os rigores da guerra buscando confrontos com feras furiosas, e arriscando sua vida em tempestades no mar, e nas águas mais tranqüilas do Tejo. Tais eram as histórias com que se regalaram as nações vizinhas.
As tropas domésticas seriam destinadas apenas para formação de um núcleo do exército, que, de acordo com o costume corrente, seria composta principalmente por mercenários estrangeiros. Há gerações, quem quer que quisesse mobilizar um exército, na Europa Ocidental, se voltava inicialmente para a Holanda, a tradicional região de recrutamento do continente, e o mercado mais barato para a compra de munições de guerra.
Antes, ou imediatamente depois, de seu retorno de Guadalupe, no início de 1577, Sebastião enviou Nunes Alvares Pereira para recrutar quatro mil homens em Flandres, ou, em caso de necessidade, na Alemanha. Pereira recebeu a incumbência também de comprar quantidades substanciais de suprimentos militares. Foi acompanhado por um membro da corte de Sebastião, que levava uma carta pessoal ao Príncipe de Orange, e que tinha a especial responsabilidade de testemunhar o embarque das tropas.
A situação política nos Países Baixos ao tempo da chegada do enviado Português tornou o recrutamento de um exército uma tarefa relativamente fácil. A rendição de D. Juan, e a sua pacífica retirada das tropas Espanholas, liberaram um grande número de mercenários, para quem a prolongada luta entre William de Orange e Felipe tinha, por longo tempo, propiciado emprego regular e lucrativo. Tendo sido privados de seu meio de vida pela vitória do Príncipe, viviam parasitando da população civil. Através de longa e amarga experiência, os Holandeses eram mais capazes do que a maioria dos povos de se protegerem contra a rapacidade da soldadesca destituída e armada. Às privações impostas pelos modestos e desalmados habitantes, se juntavam agora os rigores do inverno. Os oprimidos e famintos mercenários avidamente correram ao chamado de Nuno Álvares. E ele não foi menos calorosamente bem-vindo pelos comandantes dos exércitos privados, que, de repente, tornaram-se um dispendioso embaraço para seus principescos empregadores. Destes, o principal era o Duque Adolf de Holstein, que se preocupava cada vez mais com sua inabilidade de empregar, ou pagar, alguns milhares de landsknechts alemães. Ele se ofereceu para acompanhar a expedição de Sebastião, e levar consigo uma força de doze mil homens. O Duque, um bom homem de negócios, que não tinha ilusões acerca de Sebastião, impôs certas condições. Seus homens, a maior parte deles Calvinistas, seriam acompanhados de seus próprios ministros religiosos, e não haveria interferência com sua liberdade de culto; receberiam um adiantamento de seis meses de pagamento antes do embarque e três cidades Alemãs seriam oferecidas para garantir o contrato. Nuno Álvares, sabendo que se Sebastião tivesse tido qualquer esperança de poder pagar mais que quatro mil homens ele os teria solicitado, contentou-se em selecionar esta quantidade entre os veteranos Alemães. Ao mesmo tempo, submeteu os termos do Duque a seu senhor em Lisboa, um pouco dubiamente no que concernia ao adiantamento do pagamento.
A lista de suprimentos militares que se ordenou a Nuno Álvares para que obtivesse dos Holandeses era impressionante.
25000 quintais de pólvora militar
12 canhões
2000 balas de canhão
3000 mosquetes
4000 arcabuses
12000 estopins rápidos
6000 barris de farinha
3000 quintais de queijo
4500 quintais de carne salgada
Esta substancial requisição causou um rebuliço no mercado de armamentos. Um relato chegou à corte Inglesa dando conta de que um mensageiro do Rei de Portugal está comprando secretamente todas as armaduras que puder comprar m Antuérpia.
As compras seriam financiadas através de financiamentos contratados junto aos Judeus, com incumbência de pagamento em três anos, com 92000 quintais de pimenta. Surpreendentemente, parece não ter havido grande dificuldade de se chegar a esse acordo, ou na obtenção dos suprimentos. As negociações, não obstante, tomaram um tempo considerável, e haveria ainda uma longa demora a seguir, antes que Nuno Álvares e suas tropas e suprimentos chegassem por fim a Lisboa. Como ele esperava, Sebastião recusou os termos do Duque de Holstein, de modo que ele teve que fazer novos arranjos para obter os quatro mil mercenários ordenados.
Uma das condições do acordo de Guadalupe tivera sido a de que Sebastião deveria lançar a sua expedição antes do final do ano. Com a demora das negociações de Nuno Álvares, era evidente que seria muito difícil para Sebastião reunir os 10.000 homens que ele tinha que reunir dentro do prazo do acordo, em especial porque tão tardiamente no ano o clima estaria desfavorável a um desembarque bem sucedido. Não fosse pela influência de Alva, Felipe provavelmente teria feito disto uma desculpa para desistir de tudo. Mas ele ainda estava preso a apreensões com relação às possíveis conseqüências de uma retirada do apoio a Sebastião. Alva, preocupado com o lento progresso dos preparativos tanto na Espanha como em Portugal, tirou vantagem das apreensões de seu senhor para aconselhar o adiamento da expedição até o ano seguinte de 1578. Felipe consentiu por fim, e a proposta naturalmente recebida com boas vindas de Sebastião.

LISBOA NO SÉCULO DEZESSETE

BELÉM: CONVENTO DOS JERONIMOS E IGREJA DE SANTA MARIA

Desapontado com a não chegada das tropas dos Países Baixos, e preocupado com os repetidos apelos de Mohammed para apressar a sua partida, Sebastião decidiu tentar mobilizar um exército em outros lugares. Crendo que podia recrutar mercenários na Toscana, mandou um enviado a Florença, em busca da ajuda do Grão Duque Ferdinando I. As negociações começaram bem, mas terminaram mal. O Grão Duque prontamente atendeu à solicitação de permissão para o recrutamento em seus domínios, e foi a ponto de concordar em ajudar a financiar a expedição com um empréstimo de 200,000 ducados, aproximadamente um quarto da receita doméstica de Portugal. Sebastião sugeriu que o empréstimo poderia ser garantido com carregamentos de navios de pimenta que não tinham ainda chegado a Lisboa. Mas não era à toa que o Grão Duque era Florentino. Possivelmente através de seus banqueiros e correspondentes em Antuérpia, tinham chegado até ele relatos de que a pimenta de Sebastião estava sendo super hipotecada. Em função disto ele se recusou a permitir que tropas ou ducados deixassem o seu país antes que a pimenta tivesse sido despachada em segurança para ele em Leghorn. Quando por fim as cargas chegaram a Lisboa, os mestres dos navios, tão cautelosos quanto o Grão Duque, se recusaram a transportar a pimenta para Leghorn se o frete não fosse pago adiantadamente. Mas tão aguda era a escassez de dinheiro líquido na capital Portuguesa, que a demanda não pôde ser atendida, e a pimenta, ao invés de ir para Leghorn, foi usada para fazer frente a necessidades mais prementes de cortesãos rapaces e clamorosos, credores mais próximos de casa. De modo que Sebastião não conseguiu, assim, nem tropas nem ducados, na Toscana.
As notícias dos preparativos militares em Portugal despertaram em belicosos corações Castelhanos a esperança de serviços lucrativos. Os oferecimentos de tão notáveis guerreiros para se juntar a sua expedição foi tão lisonjeiro quanto inesperado, porque no século dezesseis os tercios Espanhóis eram tão famosos quanto os landsknechts Alemães tinham sido no final do século quinze. Na esperança de aumentar esse número de voluntários, e sem uma palavra a seu tio, Sebastião enviou recrutadores a Castela para arrolar homens secretamente, "sem toque de tambor", como se dizia. A única conseqüência foi a de causar uma ofensa totalmente desnecessária a Felipe.
O entusiasmo de Sebastião não era de modo algum afetado pelas recusas e desapontamentos. Estes não vinham apenas do exterior. Em casa uma mal disfarçada desaprovação de todo o projeto era geral. Seu tio avô, Cardeal Henrique, não fazia nenhum esforço disfarçar o azedume de seus sentimentos. A intensidade da oposição de Henrique, e a fragilidade dos recursos do Rei, eram tão bem conhecidas que o povo começou a almejar que a expedição nunca se fizesse ao mar.
A 09 de Novembro, os povos da Europa e do Norte da África foram surpreendidos pelo aparecimento de um cometa de excepcional brilho, com uma longa cauda brilhante. Em Lisboa, onde estavam todos com os nervos à flor da pele, a aparição despertou muita especulação. O sempre otimista Sebastião reconheceu nele um sinal de benção divina a sua expedição, e não poupou esforços para persuadir as suas tropas de que era um presságio de vitória. Não faltou, entretanto, quem interpretasse o fenômeno num sentido oposto.
Qualquer aborrecimento ou embaraço que a oposição doméstica tivesse causado a Sebastião foi rapidamente dissipado no final do ano, pela chegada de Antonio da Cunha, com o apelo por ajuda do Mulai Mohammed. Isto lhe deu uma conveniente resposta a aqueles que tinham repetidamente declarado que não havia justificativa para a expedição. Como vimos o Rei não ouviria a advertência do mesmo Antonio da Cunha, de que o Mulai Mohammed era inteiramente indigno de apoio, uma opinião que se não tivesse sido silenciada poderia ter aumentado consideravelmente a apreensão geral.
Mais ou menos por esse tempo, talvez como resultado da chegada do enviado de Mohammed, Felipe, em estado de alerta, ordenou a elaboração de um relatório de inteligência militar no Marrocos, com especial ênfase sobre as perspectivas de um ataque bem sucedido a Larache. Esta tarefa foi delegada a um experiente soldado Espanhol, Francisco de Aldana, Alcaide de São Sebastião, que foi mandado secretamente ao Marrocos, para obter a informação solicitada por Felipe. Nenhuma cópia de seu relatório sobreviveu até nossos dias, mas sabemos que ele descobriu ser mais formidável ainda do que se esperava a força dos Mouros. Felipe imediatamente enviou Aldana a Sebastião, na esperança de que as desencorajantes considerações sobre as perspectivas de sucesso poderiam vir a deter o seu sobrinho naquilo em que ele, de todos os outros modos, havia falhado. Naturalmente, Aldana não foi bem sucedido, mas Sebastião teve a gentileza de agradecer-lhe pela útil informação, e adequadamente o recompensou. Aldana pareceu, de fato, ter impressionado o rei muito favoravelmente, com a sua personalidade e conhecimento militar, porque antes de deixar Lisboa foi-lhe solicitado que prometesse que voltaria posteriormente a Lisboa, caso seus serviços fossem necessários.
Felipe ainda se agarrava à esperança de que no final de contas pudesse ser encontrada alguma forma de evitar a guerra na África. Isto era, mais do que nunca, desejável, devido a uma nova erupção das hostilidades na Holanda. Pelo fim de 1577, ele demonstrou energia invulgar enviando Alexander Farnese, Duque de Parma, à frente de 20000 veteranos Espanhóis e Italianos aos Países Baixos, para restabelecer a sua autoridade sobre os seus súditos rebelados. Em Janeiro, poucos dias após a sua chegada, Parma, que veio a ser reconhecido como o mais competente comandante do Século, havia unido forças com Don Juan, e, por sua liderança pessoal, infligiu uma pesada derrota às forças dos Estados Gerais, na batalha de Gemblours. Apesar da seriedade do revés, a Holanda se preparava freneticamente para retaliar. Era evidente que a luta entre ela e Felipe, que tinha se espalhado pela maior parte do reino, estava mais uma vez para ser retomada, a um indizível custo em homens e em dinheiro. Somando-se a suas preocupações, havia o relato de dificuldades com fermentação insurgentes nas províncias Bascas, e a possibilidade de que fosse preciso utilizar tropas por lá. Em função disto, Felipe informou a Sebastião que ele não tinha condições de dividir as suas forças e incorrer em novas responsabilidades. O seu recuo não teve o efeito que ele almejava, e que só dificilmente poderia esperar. Sebastião declarou a sua intenção de prosseguir sem a ajuda Espanhola.
Felipe estava profundamente preocupado. Por toda a sua vida ele temera o poderio militar Otomano, e pouca dúvida tinha de que o Cherife, de cuja habilidade muito se falava, era um mestre na tática militar Turca, que trouxera o desastre para tantos exércitos Cristãos. Alva tinha lhe dito repetidamente que os Mouros não deviam ser desafiados, senão com uma força muito maior do que a que a Espanha podia arcar, nas condições existentes. Mas Sebastião, com muito menos recursos sob seu comando, se propôs a desafiá-los, sem nenhuma consideração pelas prováveis conseqüências. O desastre parecia certo, e no seu curso viria uma intensificação do perigo da invasão, que por séculos apavorara a Península. Uma vitória para o Cherife significaria um assalto sobre a Espanha por triunfantes e vingativos Mouros, possivelmente até por hordas Otomanas e Mouras. Ninguém sabia melhor do que Felipe o quão incapaz o seu país seria de enfrentar uma invasão impetuosa vinda da África.
Felipe decidiu renovar os seus esforços para dissuadir Sebastião de prosseguir com o temerário projeto do que se incumbira. Primeiro, ele enviou João da Silva para adverti-lo das dificuldades que ele tinha pela frente. Nada, escreveu o desesperado embaixador, fará este jovem mudar. Alva, então, sob instruções de Felipe, escreveu um memorandum, demonstrando a impraticabilidade do projeto de Sebastião em termos militares. Esperando que a opinião de uma autoridade tão eminente tivesse algum efeito, Felipe enviou Luís da Silva para apresentar o memorandum de Alva a Sebastião. Mas esta missão foi também um fracasso. Finalmente, em março, Felipe enviou o Duque de Medina Sidonia, conhecido na história como o almirante da Armada de 1588, para ver o que ele poderia fazer com seu obstinado sobrinho. Também ele falhou.
Diziam alguns que Felipe não era sincero em seus esforços para conter Sebastião, porque, o que quer que acontecesse, ele seria um ganhador. Se Larache caísse sob Sebastião, a Espanha, sendo mais exposta do que Portugal a ataques da África, seria grandemente beneficiada.
Se Sebastião fracassasse, com toda a probabilidade a sua coroa passaria para Felipe. Aqueles que melhor conheciam a mente do Rei Espanhol atribuíam seu procedimento ao seu medo de prejudicar a trégua que então existia entre ele próprio e os Turcos. Mas Felipe devia saber que a manutenção desta paz era tão importante para os Turcos como para os Hispânicos. Neste momento nenhum dos dois podia arcar com uma divisão de suas forças. O primeiro por medo dos Persas, e o outro por medo dos Flamengos.

Sebastião, no seu modo usualmente indiferente e despreocupado, preparou-se para realizar seus planos sem a ajuda da Espanha. Ele tinha um trunfo para fazer frente à perda da ajuda de Felipe. Gregório XIII havia recentemente dado a sua benção à expedição. Mais importante do que a benção papal era a outorga, que vinha com ela, da cobiçada bula da Santa Cruzada. A Santa Cruzada tinha sido concedida anteriormente pelos papas aos fiéis da Espanha e de Portugal, em reconhecimento de sua luta contra os Mouros da Península. Era renovável a cada cinco anos e concedia certos privilégios e indulgências, tais como o direito de comer ovos e leite durante a Quaresma, e carne em certos jejuns. Os Reis da Espanha e de Portugal tinham conseguido e assegurado do condescendente Vaticano o direito não só de venderem esses privilégios, mas o direito de compelir os seus súditos, tanto em casa como nas colônias, a comprá-los, quisessem ou não. A Cruzada tinha se tornado, como conseqüência, uma importante fonte de receita. Quando, portanto, da expulsão dos Mouros da Península, o Vaticano ameaçou retirar a bula, houve uma consternação em ambos os países. Espanha e Portugal, entretanto, pleitearam, e foram bem sucedidos, que, como ainda estavam lutando contra os infiéis na África, a outorga da Cruzada não lhes devia ser retirada. A continuação da concessão tinha sido uma das razões pelas quais D João III reteve o porto de Marzagão, e para que a Espanha retivesse os seus presídios, quando, em todos os outros sentidos, não parecia haver valor em mantê-los. Mas a concessão da Cruzada prescreveu a seguir. A recuperação dela por parte de Portugal era um importante ganho -- num momento em que Sebastião tão desesperadamente necessitava de novas fontes de receitas, e num momento em que a benção papal podia conferir a sua expedição um status que as nações Católicas hesitariam em ignorar. Um ganho em virtude do qual o Rei sentiu que, mais do que nunca, poderia assumir a responsabilidade de ignorar o perverso comportamento de seu tio.

Enquanto isso, mais além, na África, o Cherife tinha se mantido bem informado acerca do que acontecia em Lisboa. As intenções de Sebastião causaram-lhe considerável preocupação. Ao invés de ficar dependendo da conversa miúda dos seus portos, que ainda comerciavam com Portugal e Espanha, e zoavam de rumores, ele tinha tomado a sábia precaução de postar os seus próprios espiões em Lisboa. Com o comércio ainda ativo com os dois países, e com um grande número de Europeus a seu serviço, entre os quais poderia escolher bons agentes, isto apresentava poucas dificuldades. Estes espiões tinham comunicação regular com ele, mas como não tinham nem o conhecimento nem a experiência necessários para uma avaliação confiável das forças que Sebastião lentamente reunia, eles erroneamente tomaram a panóplia da guerra por força armada. Seus relatos tenderam a exagerar tanto a iminência, quanto o peso, do ataque que Sebastião preparava. Abd el-Malek estava em ansioso suspense, imaginando onde e quando o choque se daria.

No fim de Dezembro, os sentimentos de apreensão e incerteza do Cherife foram grandemente agravados pelas alarmantes notícias de que uma frota Cristã tinha ancorado em Mogador, um porto perigosamente próximo de Marrakech. Pouca dúvida havia de que eram os Portugueses, mas confundia e perturbava ouvir que eles já tinham estabelecido relações amigáveis com o pessoal do porto. Tinha havido até uma troca de reféns, e um banquete a bordo de um navio, com presentes para Mouros notáveis. Além do mais os estrangeiros disseram que queriam comerciar.

O Cherife, praguejando contra a credulidade de seu povo, e suspeitando de sua lealdade, enviou ordens para que um dos Cristãos fosse aprisionado, e trazido até ele para exame. Camelos carregados de açúcar, figos e tâmaras, que os Cristãos haviam solicitado, foram trazidos para a orla. Os botes dos navios se aproximaram, mas os estranhos estavam hesitantes. Um marinheiro mais confiante que os outros pulou para a margem. Mouros que estavam escondidos, esperando por uma tal oportunidade, prederam-no, e, pressionando uma adaga contra seu peito, conduziram-no para o Cherife.

O relato que o prisioneiro fez de si mesmo foi tão inesperado quanto tranqüilizador. Ele podia falar com os Mouros na própria língua destes, ainda que de um modo vacilante, tendo já visitado algumas vezes as costas de seu país, em viagens comerciais. Seu nome era John Fry, e seu capitão e general, como ele o chamava, era Francis Drake.

O cuidado imediato do Cherife foi o de reparar este ato hostil a um poder amigo, do qual ele dependia para as suas munições, e que ele não podia ofender. John Fry foi mandado de volta para Mogador, com um conveniente presente para o seu comandante, e com a reiteração de cordiais boas vindas, se ele quisesse prolongar a sua estada. Mas Drake já se tinha feito ao mar, e John Fry, apesar de circunavegar o mundo com o maior marinheiro daquele tempo, foi prosaicamente para casa no primeiro navio mercante Inglês a atracar em porto Mouro.

POSTADO POR BLOG DO AFONSO ÀS 10:40

Postagens mais recentes Página inicial Postagens mais antigas

Assinar: Postagens (Atom)